



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
CLARICE DE OLIVEIRA ODILON**

**ENTRE A LIBERDADE RELIGIOSA, O LAICISMO E O MULTICULTURALISMO:
A COMUNIDADE ISLÂMICA NA REPÚBLICA FRANCESA**

**Florianópolis
2015**

CLARICE DE OLIVEIRA ODILON

**ENTRE A LIBERDADE RELIGIOSA, O LAICISMO E O MULTICULTURALISMO:
A COMUNIDADE ISLÂMICA NA REPÚBLICA FRANCESA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, Dr.
Coorientador: Prof. Luciano Daut da Rocha, Msc.

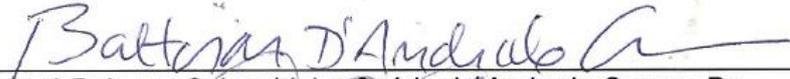
**Florianópolis
2015**

CLARICE DE OLIVEIRA ODILON

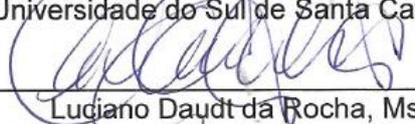
**ENTRE A LIBERDADE RELIGIOSA, O LAICISMO E O MULTICULTURALISMO:
A COMUNIDADE ISLÂMICA NA REPÚBLICA FRANCESA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

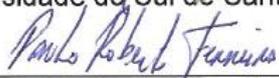
Florianópolis, 20 de novembro de 2015



José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina



Luciano Daudt da Rocha, Ms.
Universidade do Sul de Santa Catarina



Paulo Roberto Ferreira, Ms.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico aos meus pais, meus maiores
incentivadores e incansáveis nas
demonstrações de amor.

AGRADECIMENTOS

Além de agradecer, queria deixar registrada minha imensa gratidão, sentimento que define este momento. Primeiramente, aos meus pais, por me proporcionarem essa oportunidade e por estarem e se fazerem presentes nas minhas derrotas e conquistas, eles foram imprescindíveis para a concretização desse projeto. Juntamente com o apoio da minha família, que me incentivou com palavras carinhosas e energias positivas.

Não poderia deixar de citar, meus mestres, em particular meus orientadores, professor Baltazar e professor Luciano, imensuráveis fontes de conhecimento e aconselhamento. Obrigada por compartilharem seus saberes com carinho e paciência.

E por fim, contudo, não menos importante, meus amigos, em especial os da faculdade, obrigada por tornarem esse momento tão especial. Após quatro anos de estudos, somos orgulhosamente internacionalistas!

“Est Français celui qui souhaite que la France continue.”

De Gaulle

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma abordagem das relações culturais e religiosas entre islâmicos e franceses na França, na perspectiva do “Choque de Civilizações”, de Samuel Huntington. A presença muçulmana na França constitui um dos principais temas de debates intelectuais e políticos na história recente desse país, e insere-se no contexto europeu de autoquestionamento sobre a identidade coletiva dos povos autóctones do continente. Por este motivo, essa monografia constitui uma tentativa de compreensão desse tema através da caracterização do “Choque de Civilizações”, do histórico das relações entre franceses e islâmicos e por fim, pela exposição dos acontecimentos do “l’affaire du foulard” e “Je suis Charlie”, como exemplos dos enfrentamentos entre as diferentes civilizações, sendo considerado de extrema relevância para a manutenção da condição muçulmana na Europa Ocidental. Abordando também o relacionamento entre os imigrantes muçulmanos e a sociedade francesa, que se mostra historicamente ríspido, tornando-se ainda mais complexo com a ascensão do radicalismo islâmico.

Palavras-chave: França. Muçulmanos. “Choque de Civilizações”. Ocidente. Religião. Islã.

RESUMÉ

Ce travail est une approche des relations culturelles et religieuses entre les civilisations islamique et française dans la France actuelle, en vue du "Choc des civilisations", selon Samuel Huntington. La présence musulmane en France est l'un des principaux thèmes de débats intellectuels et politiques dans l'histoire récente de ce pays, et fait partie du contexte européen de l'auto-questionnement sur l'identité collective des peuples autochtones du continent. Par conséquent, cette monographie est une essai de répondre à la nécessité de la compréhension de cette question par la caractérisation du "Choc des Civilisations", la recherche historique des relations entre la France et L'islam et enfin, par les événements du "L'affaire du foulard" et "Je suis Charlie", comme exemples d'affrontements entre ceux différentes civilisations, étant considéré comme très important pour la maintenance de l'identité musulmane en Europe occidentale. Aborder cette problématique est également entendre la relation entre les immigrés musulmans et la société française, qui montre historiquement sévère, devenant encore plus complexe avec la montée du radicalisme islamique.

Mots-clés: France. Musulmans. "Choc de Civilisations". Ouest. Religion. Islam

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CCIF – Collectif Contre L'Ismamophobie en France

CFCM – Conseil français du culte musulman

EI – Estado Islâmico

FLN – Frente de Libertação Nacional (Argélia)

FNMF – União Nacional dos muçulmanos da França

ISIS – Estado Islâmico do Iraque e do Levante

OEA – Convenção Europeia de Direitos Humanos

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

UE – União Européia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNISUL – Univerdade do Sul de Santa Catarina

UOIF – União das Organizações Islâmicas na Europa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo geral	13
1.2.2 Objetivos específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 GLOBALIZAÇÃO.....	18
2.2 MULTICULTURALISMO.....	24
2.3 RELIGIÃO X ESTADO LAÍCO.....	29
2.4 CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO FRANCÊS	32
2.4.1 Heranças islâmicas na França	34
3 CARACTERIZAÇÃO DO CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES SEGUNDO SAMUEL HUNTINGTON	37
3.1 CONCEITUAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS CIVILIZAÇÕES	37
3.2 O OCIDENTE E O RESTO DO MUNDO.....	40
3.3 RELAÇÃO DO OCIDENTE COM O ISLÃ.....	42
3.4 O ESTADO ISLÂMICO NA CONCEPÇÃO DO CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES ...	44
4 HISTÓRICO DA RELAÇÃO ENTRE FRANCESES E POVOS MUÇULMANOS ..	48
4.1 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O CAPITALISMO	48
4.2 O NOVO IMPERIALISMO	49
4.2.1 Império colonial Francês	52
4.3 PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO.....	53
4.3.1 Processo de descolonização da África Francesa	55
5 O CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES COMO TEORIA PARA ENTENDIMENTO DA RELAÇÃO ENTRE FRANCESES E POVOS ISLÂMICOS	57
5.1 INTRODUÇÃO DA PRESENÇA MUÇULMANA NA FRANÇA.....	57
5.2 “L’AFFAIRE DU FOULARD”	58
5.3 “JE SUIS CHARLIE”	61
5.4 ESTUDO DOS CASOS “L’AFFAIRE DU FOULARD” E “JE SUIS CHARLIE” A PARTIR DA TEORIA DO CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES	63

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	69

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente foram relatados os elementos que norteiam o relatório de pesquisa, destacando-se a exposição do tema e do problema. Na sequência foram introduzidos os objetivos gerais e específicos que a pesquisa a ser realizada almeja alcançar. Apresentando a justificativa da escolha do tema e a metodologia científica, utilizaram-se para o desenvolvimento do trabalho de conclusão do curso e por fim, o cronograma de atividades previstas para a realização do trabalho.

1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

As nações estão inseridas em um mundo globalizado, decorrente dos avanços tecnológicos, os quais permitiram uma maior interação entre os povos. Dentro desta realidade emergiu o multiculturalismo, o qual se caracteriza pelo convívio de diferentes culturas que habitam em um mesmo Estado.

As sociedades contemporâneas possuem um grande desafio à frente da diversidade cultural, pois requer adaptação e respeito por parte de todos os envolvidos. Existindo a necessidade de tratar indivíduos como iguais perante a lei, contudo considerando a individualidade para que haja uma coexistência harmoniosa e evolutiva.

Contextualizando no cenário europeu é evidente o número expressivo da comunidade islâmica nesses países, desde antigamente a religião islâmica esteve presente neste continente. O avanço expansionista islâmico remonta à Idade Média, após a unificação de tribos árabes. O Islã conquistou a Península Ibérica, expulsando a monarquia visigoda vigente no período rumo ao norte espanhol, que somente em 732, após 21 anos de reclusão pôde retornar ao poder, graças aos francos que na França, na localidade de Poitiers, conseguiram deter a expansão islâmica. Contudo, o islamismo continuou presente no território espanhol até a Reconquista cristã, em 1492. A permanência dos muçulmanos na Europa deixou uma herança significativa para o Ocidente, através da transferência do conhecimento científico e intelectual (ZIERER, 1976).

Posteriormente, no século XIX, houve o neocolonialismo, que teve ligação direta com a segunda revolução industrial, e foram motivados pela necessidade de ampliar os mercados consumidores e explorar novas fontes para extração de matéria-prima. As potências industrializadas do continente europeu, dentre elas, Inglaterra, Holanda, França e Itália, começaram assim uma nova corrida colonial, impondo seu imperialismo à Ásia e ao continente africano (PISANI, 2013).

Um dos pioneiros na conquista da África foi a França, que em 1830 ocupou a Argélia, em 1844 dominou o Marrocos e em 1854 o Senegal. No ano de 1910 foi formada a África Ocidental Francesa, composta por territórios do Guiné, Gabão, parte do Congo do Sudão, além de Madagascar e Tunísia. Os reflexos desta dominação são observados nos dias atuais: as maiores etnias muçulmanas na França são de argelinos, marroquinos e senegaleses (PISANI, 2013).

Atualmente, na França vivem 6,5 milhões de muçulmanos cerca de 10% da população francesa, o maior contingente islâmico da União Europeia. Anualmente, um número significativo da população francesa, imigrantes ou nativos se converte à religião islâmica. Paralelamente as crescentes adesões de adeptos ao islamismo o sentimento de islamofobia acentua-se na comunidade francesa (KERN, 2014).

Todas essas ideias e discussões nos apontam à questão central de pesquisa, que direciona e aprofunda o desenvolvimento do trabalho: como as relações culturais entre a comunidade islâmica e a República Francesa podem ser analisadas na perspectiva do “Choque de Civilizações”, de Samuel Huntington?

1.2 OBJETIVOS

Após introduzir a problemática da pesquisa, apresentam-se, na sequência, o objetivo geral e os específicos a serem alcançados no trabalho de conclusão de curso.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral do trabalho de conclusão de curso é apresentar as relações culturais existentes entre a comunidade islâmica e a República Francesa, na perspectiva do “Choque de Civilizações”, de Samuel Huntington.

1.2.2 Objetivos específicos

De forma a atingir e complementar o objetivo geral apresentam-se alguns objetivos específicos a serem alcançados no decorrer do trabalho:

- Caracterizar “Choque de Civilizações” segundo a teoria de Samuel Huntington;
- Identificar os contatos entre as civilizações ocidental e islâmica, focando na República Francesa;
- Apresentar os casos “L’affaire du foulard” e “Je suis Charlie” como evidências dos conflitos entre civilizações na República Francesa, a partir da teoria do “Choque de Civilizações” de Samuel Huntington.

1.3 JUSTIFICATIVA

Irrefutavelmente, a globalização acelera o processo nas relações sociais, aproximando culturas que antes, por motivos geográficos ou étnicos, não ocupavam o mesmo território. Particularmente, no caso entre franceses e islâmicos, essa interação remonta ao período colonial. Desta maneira, o processo de integração da cultura islâmica à francesa é moroso, porém historicamente evolutivo. Evidenciando a tendência do mundo globalizado, impulsionado pelos avanços tecnológicos que transcendem as fronteiras geopolíticas, transformam cidades em megalópoles cosmopolitas e homens em cidadãos do mundo.

O atual presidente francês François Hollande, no seu discurso oficial de inauguração do Museu Nacional da História da Imigração, discorreu sobre a importância de conhecer o passado para poder avançar, ressaltando a finalidade do Museu; que é incorporar a história da imigração à história da França. Citando Fernand Braudel “definir o passado da França, é localizar os franceses dentro de sua própria existência”¹ (ÉLYSÉE FRANCE, 2014, tradução nossa). Portanto, o comportamento da sociedade é intrinsecamente assimilado pelos indivíduos, pois seus laços culturais influenciarão no relacionamento com os demais.

¹ Définir le passé de la France, c’est situer les Français dans leur propre existence (ÉLYSÉE FRANCE, 2014)

É uma temática apreciada pela autora, devido a sua vivência com ambas as realidades. Dois mundos, duas culturas, que coabitam há séculos. Essa relação, por sua vez, passou por momentos que misturam conflito, amistosidade, intercâmbio cultural e harmonia. Além de ser um assunto que tange a linha tênue entre preservar a integridade das tradições da Nação, reconhecendo a diversidade das culturas nela existentes.

Nesse sentido a presente pesquisa visa contribuir para o acervo da biblioteca da Universidade de Santa Catarina (UNISUL), agregando informação para os estudantes dessa instituição, assim como para os seus professores e funcionários. A valorização e reconhecimento da educação são fundamentais para desenvolver trabalhos acadêmicos e através dos mesmos garantir o futuro de uma sociedade pensante.

Dessa forma, a pesquisa do ponto de vista social pretende contribuir para o maior entendimento do público às questões culturais existentes entre franceses e islâmicos, através de uma visão científica, sem intervenção de meios corrompidos por interesses próprios. Proporcionando um documento atual, sobre a realidade na França, contextualizado no paradigma nele contido.

Por fim, sua importância para o governo consiste no incremento de novas políticas brasileiras para a inserção no mercado francês, pois decorre do conhecimento da cultura e do fato de que no mundo faz-se necessário uma crescente integração de aspectos socioeconômicos entre os países.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho caracterizou-se como uma pesquisa científica pela sua racionalidade e objetividade, através da “[...] sistematização coerente de enunciados fundamentados e passíveis de verificação, é obtido muito mais por intermédio de teorias que constituem o núcleo da Ciência” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 17). Assim, o conhecimento científico pontuado pela pesquisadora neste trabalho foi sistemático, baseando-se nas teorias formuladas pela comunidade científica e acadêmica, estruturado por meio da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Na sequência foram descritos os métodos científicos abordados nessa pesquisa através dos seguintes critérios: quanto à natureza, aos objetivos, aos procedimentos, aos métodos aplicados, à abordagem, e às técnicas de coleta de dados.

Em relação à natureza, podem-se classificar as pesquisas em pura ou básica e aplicada. “Ambas são indispensáveis para o progresso das ciências e do homem: uma busca a atualização de conhecimento para uma nova tomada de posição, enquanto a outra pretende, além disto, transformar em ação concreta os resultados de seu trabalho” (CERVO; BERVIAN, 1996, p. 48).

O presente trabalho constitui-se numa pesquisa básica, pois permite analisar a realidade a partir do conhecimento intelectual pontuado, sem pretensão de fornecer soluções concretas para a problemática. (CERVO; BERVIAN, 1996)

Referente aos objetivos, a pesquisa classifica-se como exploratória, pois pretende criar maior familiaridade em relação a um fato ou fenômeno, consiste particularmente em averiguar como procede a integração da cultura islâmica na França.

[...] Informando ao pesquisador o estágio em que se encontram as informações já disponíveis a respeito do assunto, e até mesmo, revelar ao pesquisador novas fontes de informação. Por isso, a pesquisa exploratória é quase sempre feita como levantamento bibliográfico, entrevistas com profissionais que estudam/ atuam na área, visitas a web sites, etc. (SANTOS, 2002, p. 26).

Utilizou-se como metodologia no presente trabalho a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica engloba principalmente livros e artigos científicos. “A vantagem da busca do acervo bibliográfico é a amplitude de assuntos passíveis de estudo, o que evita substancial consumo de tempo e recursos na procura das fontes de informação em campo” (RAUEN, 1999, p. 28). Enquanto que o estudo documental envolve arquivos públicos e privados, regulamentos; assim para Rauen (1999, p. 29) “considera-se documentação como fonte de pesquisa, os materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados segundo os objetivos da pesquisa”.

Para a fundamentação teórica e metodológica, a pesquisadora fez uso de livros, publicações periódicas e artigos científicos, caracterizando a pesquisa bibliográfica. Além de incluir informações de documentos eletrônicos extraídos da

Internet, uma ferramenta cada vez mais explorada pelos estudantes e membros do meio acadêmico (FACHIN, 2006).

Na intenção de alcançar os objetivos propostos, fez-se uso do método dedutivo para o estudo. Caracteriza-se pela racionalização das ideias, a fim de contribuir para o desenvolvimento de uma questão em particular (BARROS; LEHFELD, 2000).

Quanto à sua abordagem, a temática envolve o estudo de uma realidade; a presença da religião islâmica na França. Portanto, “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A abordagem qualitativa implica uma série de leituras sobre o assunto pesquisado, para a elaboração de resenhas, ou seja, é preciso descrever ou relatar minuciosamente o que os diferentes autores ou especialistas escrevem sobre o assunto e, a partir daí, estabelecer uma série de correlações para, ao final, o pesquisador construir seu ponto de vista conclusivo (OLIVEIRA, 2002, p.59).

E por fim, a coleta de dados desta pesquisa norteou-se através de fontes secundárias, derivadas das fontes primárias por meio de textos originais que ainda não foram analisados ou interpretados. Assim, este trabalho por contemplar obras já publicadas engloba uma ampla bibliografia. “As fontes secundárias referem-se a determinadas fontes primárias, isto é, são constituídas pela literatura originada de determinadas fontes primárias e constituem-se em fontes das pesquisas bibliográficas” (ANDRADE, 1998, p. 41).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No presente capítulo, apresentam-se os aportes teóricos referentes ao tema proposto nesta pesquisa. Foram desenvolvidos os conceitos de globalização, multiculturalismo, religião, Estado laico, além da caracterização do Estado Francês. O aprofundamento desses temas foi de extrema relevância para a compreensão e posterior abordagem da temática, a fim de contextualizar com base nas teorias acontecimentos atuais.

2.1 GLOBALIZAÇÃO

Desde a antiguidade os homens se relacionam, concentrando suas atividades primordialmente nas trocas de bens e objetos. Com a criação dos Estados, essa relação tornou-se complexa, surgindo outros aspectos como o cultural, religioso, linguístico e comercial, segundo Bastos (2004, p. 230). Dessa maneira, o autor observa que no final do século passado, oriundo do aprofundamento das relações por razões econômicas, sociais, tecnológicas e de comunicação influenciou no desenvolvimento do processo de globalização. O autor vincula a sua aceleração, paralelamente a queda do império soviético, seguido pelo fim da história e da era bipolar, vencendo o capitalismo sobre o socialismo e empossando a democracia como forma de organização política mais viável para a manutenção da paz. Assim, o fim da bipolaridade permitiu no âmbito social o desenvolvimento do multiculturalismo e a internacionalização da economia, sustentada pelo liberalismo.

Por consequência, a história do termo globalização evoluiu rapidamente, há vinte e cinco anos era relativamente novo, sendo pouco explorado nos trabalhos acadêmicos ou nos meios de comunicação, assim a partir do século XXI “A palavra que não estava em parte alguma passou a estar em toda parte-nenhum discurso político está completo, ou manual de negócios é aceitável, sem referência a ela.” (BERES apud GIDDENS, 1999, p. 38). Dessa maneira, a palavra globalização tornou-se crucial para sustentar a literatura da socialdemocracia e incontornável nas discussões políticas e debates acadêmicos.

Segundo Giddens (1999), há muito tempo houve uma interação e interdependência entre os Estados. Contudo, nos dias atuais há um evidente fortalecimento dos blocos econômicos e crescente abertura do mercado através de acordos comerciais, além de produtos os países comercializam serviços. Todavia, a globalização caracteriza-se predominantemente pela ampliação dos mercados financeiros, havendo uma economia plenamente global, estruturada pela revolução das comunicações e a difusão da tecnologia da informação.

A tradicional comunicação por telefone que dependia de sinais análogos, enviados através de fios e cabos com a ajuda de processos de integração mecânica, foi substituída por sistemas integrados em que uma vasta quantidade de informação é comprimida e transferida digitalmente (GIDDENS, 2005, p 24).

Vive-se num mundo conectado vinte e quatro horas por dia, cada vez mais interligados através da internet, havendo a troca de informações instantaneamente. A expansão da comunicação por satélite, a partir de 1960, foi também, de grande importância para a disseminação das comunicações internacionais. Para o autor, a globalização não deslegitima o Estado-nação segundo Giddens (1999, p.30) “[...] – ela cria novas demandas e também novas possibilidades para a regeneração de identidades locais”. O sociólogo acrescenta que a globalização é um processo decorrente de inúmeras variáveis, entre elas destacam-se as políticas e econômicas.

Bastos (2004) juntamente com os outros doutrinadores da área, refere à globalização como um ‘processo’, pois diante da tendência mundial dos Estados em buscarem novos mercados, apresenta-se em constante evolução. A internet é um importante aliado nesse sistema, difundindo as informações instantaneamente pelo mundo, o meio mais eficaz de comunicação atualmente. A informatização da sociedade é imprescindível para que seus habitantes possam se inserir no mercado global, tanto profissionalmente quanto para exercerem seu papel como cidadãos. Entretanto, Ianni (apud BASTOS, 2004) repensa a globalização, com um olhar bipolar, pois para o autor, o mundo encontra-se numa estabilidade aparentemente frágil.

A globalização é um processo de interação que se realiza em vários níveis--na nova divisão do trabalho, na abertura, na integração de mercados, associação de empresas, formação de conglomerados, alianças etc. -, mas

ao mesmo tempo um processo de fragmentação – isto é, desenvolvem-se tensões, antagonismos em vários níveis tanto no econômico, social e político como nos nacionalismos, que ainda recrudescem no mundo, como tribalismos, como fundamentalismos, juntamente com racismos, com etnicismos (IANNI apud BASTOS, 2004, p. 312).

A globalização econômica deve a interação de fatos distintos em um só processo histórico, discorre Furtado (1998), o autor caracteriza essa formação econômica do mundo moderno intrinsecamente enraizado as inovações técnicas, que proporcionou a geração de poupanças, expandindo o poder de compra da população e assim possibilitando a evolução dinâmica do sistema.

Neste fim de século prevalece a tese de que o processo de globalização dos mercados há de se impor no mundo todo, independentemente da política que este ou aquele país venha a seguir. Trata-se de um imperativo tecnológico, semelhante ao que comandou o processo de industrialização que moldou a sociedade moderna nos dois últimos séculos (FURTADO, 1998, p.26).

O mesmo autor enfatiza ainda, que as transformações na ordem social provêm de uma diminuição do poder estatal no sistema econômico, onde há dominação da economia de mercado, gerando uma modificação nas bases sociais e por consequência uma maior concentração de renda e desigualdade social, desponta assim uma nova forma de organização civil.

Alinhado ao raciocínio de Furtado (1998), Dowbor (1997) afirma que a revolução tecnológica molda os nossos tempos redefinindo os nossos espaços. Há um evidente e crescente avanço nas áreas da informação, da saúde, contudo os mesmos proporcionam um cenário desastroso, como o uso da química fina que mata milhões de pessoas, vítimas de drogas ilícitas e lícitas. Delimitando assim, o papel do Estado o qual perde a governabilidade frente à interação dos mercados financeiros globais e a mundialização dos capitais e serviços.

Há um estreitamento das fronteiras, aproximando países que estão geograficamente distantes, reflete Sposati (apud DOWBOR, 1997, p.43) através da comercialização do capital e dos produtos. “O fluxo de mercadorias e capital se intensifica. A velha máxima, segundo a qual ‘o capital não tem pátria’, é hoje uma realidade.” A autora afirma ainda, que o processo de globalização não é padronizado, dessa maneira cada país absorve e reage diferentemente a esse fenômeno, contudo sua natureza econômica prevalece. Defensora dos dois lados da moeda, alegando que a globalização pode ser negativa, devido ao aumento do

desemprego e positiva, através da valorização dos direitos humanos e pelas Conferências Internacionais realizadas por países com o intuito de solucionar problemas globais.

Não obstante, Martin e Schumann (1999, p.10), compactuam da mesma ótica obscura da globalização afirmando que “Vinte por cento da população em condições de trabalhar no século XXI bastariam para manter o ritmo da economia mundial.” O desemprego é claramente um dos vilões, não somente nos países emergentes assim que nos desenvolvidos. Assim como ocorreu na industrialização, onde o homem foi substituído pela máquina, nos mercados tecnologicamente avançados a criação de empregos pouco se especula, os profissionais são novamente substituíveis. A interdependência econômica favorece as transnacionais, inseridas no mercado global detêm grande parcela do lucro e são atores decisivos nesse sistema. Assim a concorrência global perpetua no cenário mundial, e muitas empresas multinacionais se beneficiam dessa rivalidade e dos interesses do governo em atrair capital estrangeiro para se internacionalizarem.

A dependência tecnológica, perceptível nos anos 70, classificada por economistas como “colonialismo tecnológico” (URQUIDI apud SANTOS, 2008, p. 119) ou “monopólio intelectual” (BOGNAR apud SANTOS, 2008, p. 119): caracteriza-se pelo monopólio científico dos países desenvolvidos em relação aos subdesenvolvidos e das empresas multinacionais frente às firmas nacionais das nações pobres. Com os avanços tecnológicos oriundos da globalização acreditou-se que esse cenário seria reversível, contudo:

[...] segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), os países desenvolvidos detêm sozinhos 95% da capacidade científica necessária à expansão da atividade econômica, o que é um tanto grave se se considerar como são difíceis as transferências tecnológicas (SANTOS, 2008, p. 119).

A organização defende pertinentemente a necessidade da “democratização da ciência”, tanto na sociedade quanto no Estado, é consenso que quanto maior o grau de conhecimento de um país mais desenvolvido o mesmo será.

A globalização está fortemente entrelaçada ao crescimento no volume de comercialização, aos avanços tecnológicos e a desregulamentação nas transações internacionais. Alinhado ao processo tecnológico, que permitiu agilidade ao processamento de dados, que por fim desenvolveu e aprimorou as transações

financeiras internacionais. Além de influenciar no setor de telecomunicações progrediram nas suas atividades, aumentando a velocidade de suas ações, baixando expressivamente o custo nos fluxos das informações e transações. Os países em desenvolvimento participam dessa tendência da globalização de mercados, submetidos à pressão de liberalizarem seus mercados de capitais, incentivam a entrada de capital estrangeiro para estimular a concorrência (SACHS; LARRAIN, 2000, p. 676 - 679).

Da mesma forma que a globalização provocou profundas mudanças na economia, modificou similarmente a configuração política dos países, caracterizando assim as empresas multinacionais atores centrais da economia mundial. O novo sistema é capitalista e dominado pelas forças de mercado sustentável pelo neoliberalismo, implicando transformações nas políticas econômicas das nações emergentes; orientando-as à abertura de seus mercados e uma adequação de seus preços aos ofertados internacionalmente (SANTOS, 2002).

Os traços principais desta nova economia mundial são os seguintes: economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento à escala global; processos de produção flexíveis e multilocais; baixos custos de transporte; revolução nas tecnologias de informação e de comunicação; desregulação das economias nacionais; preeminência das agências financeiras multilaterais; emergência de três grandes capitalismo transnacionais: o americano, baseado nos EUA e nas relações privilegiadas deste com o Canadá, o México e a América Latina; o japonês, baseado no Japão e nas suas relações privilegiadas com os quatro pequenos tigres e com o resto da Ásia; e o europeu, baseado na União Europeia e nas relações privilegiadas desta com a Europa de Leste e com o Norte da África (SANTOS, 2002, p. 29).

Segundo a teoria do autor, Santos (2002), o novo sistema mundo é uma transição do velho sistema mundo, pois o processo de transformação juntamente com as realidades emergentes é imprevisível, evidenciando as inúmeras alternativas de evolução. Salientando as vertentes do sistema mundial em transição, o autor classifica as práticas interestatais: predominantemente o papel dos Estados no sistema mundial moderno; as práticas capitalistas globais: referem-se às empresas multinacionais e por fim as práticas sociais e culturais transnacionais: incluem as transações extrafronteiras de pessoas e culturas, de informação e comunicação. Dessa maneira a interação dessas três práticas assimila o processo de globalização, evidencia-se a complexidade do novo sistema mundo.

Para Soros (2003), a globalização apresenta duas faces, favorável sob vários aspectos, principalmente na criação de riquezas, sendo as empresas privadas mais eficazes para enriquecer o Estado do que ele mesmo. Contudo, o autor observa seu lado negativo, referente à segurança social, os mercados globais não servem para cuidar das necessidades sociais. Assim, “A busca desenfreada de lucros pode danificar o meio ambiente e conflitar com outros valores sociais.” (SOROS, 2003, p. 46). O autor ressalta ainda que os mercados financeiros estão constantemente susceptíveis a crises, e seus efeitos colaterais são praticamente imperceptíveis por habitantes de países desenvolvidos, contudo atingem drasticamente os países em desenvolvimento. Segundo o autor, a teoria econômica não é aplicável na prática, pois parte-se da premissa que os países se encontram no mesmo patamar, entretanto no cenário global há uma disparidade de poder entre os Estados, uns com enorme influência e os outros são apenas coadjuvantes da política internacional.

O autor Stiglitz (2007), a partir da ótica dos países pobres, também crítica à globalização, apontando seu descontentamento por ela não ser como prometia: benéfica para todos. Segundo o autor, “Historicamente, a África é a região mais explorada pela globalização: durante os anos de colonialismo, o mundo tomou seus recursos, mas deu pouco em troca.” (STIGLITZ, 2007, p. 71). Nos países em desenvolvimento, as populações sofrem os impactos da globalização mais efetivamente que nos desenvolvidos, devido aos poucos recursos dos Estados emergentes, os mesmos priorizam investir em saúde e educação, negligenciando assistência social, tais como: pensão por invalidez, pensão para os cidadãos idosos, seguro-desemprego.

O autor Friedman (2005) conclui que “O mundo é plano” por intermédio dos computadores, dos correios eletrônicos, das redes, da tecnologia de teleconferência, que permitirão uma maior comunicação entre os países, acirrando a concorrência global e com isso uma interdependência crescente de multinacionais e Estados, cada vez mais submissos ao mercado de capitais. Friedman compactua do mesmo raciocínio do autor citado anteriormente, analisando a globalização como um processo e que transpassa três eras. A primeira etapa, dita globalização 1.0, o autor data de 1492, com a chegada de Colombo as Américas, inaugurando o comércio do Velho com o Novo Mundo, até meados de 1800. Esta primeira etapa aproximou significativamente os países, foi o marco inicial para a integração global. A

globalização 2.0, ocorreu de 1800 a 2000, interligou ainda mais os países, e teve um elemento chave: a expansão das multinacionais que pela busca de novos mercados e matérias-primas se espalharam pelo mundo. A terceira grande era, globalização 3.0 não difere enormemente das apresentadas anteriormente, contudo justifica-se pelo acentuado grau de conectividade entre grupos de pessoas de culturas distintas, desponta assim uma nova face de poder: a diversidade.

Para Greenspan (2008), a era da globalização é marcada pelo terrorismo, aquecimento global e ressurgimento do populismo, anteriormente as Guerras Mundiais e a abolição da escravatura, caracterizaram os séculos XIX e XX. O autor complementa que para entender a economia atual é necessário abordar as políticas de desregulamentações no pós-Segunda Guerra Mundial, sustentadas pelas instituições internacionais que proporcionaram uma expansão econômica e a reconstrução da Europa e Ásia. O mesmo autor afirma: “A globalização – o aprofundamento da especialização e a ampliação do trabalho além das fronteiras nacionais – é sem dúvida fundamental para a compreensão de boa parte de nossa história econômica recente” (GREENSPAN, 2008, p. 351).

O mesmo autor enfatiza ainda que a crescente capacidade de realizar transações e de assumir riscos mundiais gera uma economia verdadeiramente global, ademais da produção que está se tornando cada vez mais internacional, com a elaboração do produto sendo realizada em escala e em diferentes lugares do mundo. A globalização proporcionou também uma melhora nos níveis de padrão de vida, erradicando milhões de pessoas da pobreza e da fome em países em desenvolvimento. Contudo, apesar dos visíveis avanços o autor constata que o aumento da concentração de renda, oriundos da globalização traz novamente o debate entre o bem-estar social e o capitalismo, questionando as premissas do neoliberalismo e ameaçando a estabilidade das sociedades democráticas.

2.2 MULTICULTURALISMO

Segundo Santos (1994), cultura refere-se como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades ou grupos humanos, enquanto que a primeira é susceptível a transformações externas, a segunda relata a lógica de cada realidade existente, assim o autor evidencia que, “O estudo da cultura atribui

no combate a preconceitos, oferecendo uma plataforma firme para o respeito e a dignidade nas relações humanas” (SANTOS, 1994, p.9). O autor acrescenta que a primeira concepção de cultura remete a todos os aspectos de uma realidade social, e que o outro engloba especificamente o conhecimento, às ideias e crenças de um povo.

Cultura é palavra de origem latina e em seu significado original está ligada às atividades agrícolas. Vem do verbo colere, que quer dizer cultivar. Pensadores romanos antigos ampliaram esse significado e a usaram para se referir ao refinamento pessoal, e isso está presente na expressão cultura da alma. Como sinônimo de refinamento, sofisticação pessoal, educação elaborada de uma pessoa, cultura foi usada constantemente desde então e o é até hoje (SANTOS, 1994, p. 28).

Através dessa concepção de cultura, o autor considera que serviu de base para a Europa colonizar o Velho Mundo, através do cristianismo pela catequização dos índios por padres jesuítas com o intuito de torná-los aculturados, e posteriormente serviu de justificativa para as sociedades capitalistas da Europa Ocidental dominarem o resto do mundo, por considerarem os povos não-europeus inferiores. Negligenciando assim as demais culturas em prol de fatores econômicos e políticos. “A diversidade das culturas existentes acompanha a variedade da história humana, expressa possibilidades de vida social organizada e registra graus e formas diferentes de domínio humano sobre a natureza” (SANTOS, 1994, p. 15).

Como abordado anteriormente, a globalização tange vários aspectos, tanto políticos, quanto econômicos e sociais; conseqüentemente altera as relações no cenário global. Da mesma forma, a globalização produz impactos culturais, através da disseminação de ideias, bens e estilos. “O comércio, as novas tecnologias de informação, a mídia internacional e a migração global contribuíram com o livre comércio da cultura através das fronteiras nacionais” (GIDDENS, 2005, p. 71).

Um dos fenômenos sociais de maior interesse para os sociólogos contemporâneos é a globalização – a intensificação das relações sociais e da interdependência globais. A globalização refere-se ao fato de vivermos cada vez mais em um ‘mundo único’, onde nossas ações têm conseqüências para os outros e os problemas do mundo têm conseqüências para nós. A globalização está hoje afetando as vidas das pessoas em todos os países, ricos e pobres, alterando não apenas sistemas globais e, mas a vida cotidiana (GIDDENS, 2005, p. 79).

Segundo Elíbio (2008, p.84): “A cultura explica as relações entre homens, a natureza e o processo de transformação”. Poucos países passaram por uma miscigenação tão intensa como no Brasil, o histórico da cultura brasileira origina-se, sobretudo de brancos, negros e índios. Assim, uma única cultura deriva de várias vertentes formando a pluralidade cultural de um país. Em nível global, decorrente do fortalecimento da globalização, que permitiu a integração das economias, dos meios de comunicação de massa e das políticas governamentais; salientando assim a importância de discussões sobre as diferenças culturais, combate ao preconceito e respeito à cidadania.

Os mesmos autores definem o multiculturalismo como uma série de ações institucionais desenvolvidas na sociedade civil e nos diversos centros de poder voltadas para a compreensão do problema das diferenças, e na elaboração de mecanismos que inibam a reprodução das desigualdades. “A palavra multiculturalismo é um termo típico do contexto do mundo globalizado e constitui um dos mecanismos para lutar contra toda forma de intolerância e em favor de políticas públicas capazes de garantir os direitos civis e básicos a todos” (MORTANI apud ELÍBIO, 2008, p. 87).

Para Ianni (1999), a globalização das sociedades é consequência da história do capitalismo, que permitiu o estreitamento das relações entre os povos. O autor caracteriza o processo do capitalismo em três etapas; primeiramente o modo capitalista de produção que revolucionou as formas de vida e de trabalho, instituiu a produção de mercadorias e de valores de troca, organizando a sociedade civil, através de grupos e classes, movimentos e partidos, cultura e hegemonia, caracterizando o Estado no século XVIII; no segundo momento, o capitalismo ultrapassa as fronteiras nacionais à busca de mercados consumidores e novas fontes de matérias-primas, culminou no período imperialista, no qual Estados soberanos impunham seus interesses econômicos aos países periféricos durante o século XIX; e por fim o terceiro e último momento, consiste no capitalismo na esfera global a partir do século XX, sendo os Estados-nações dominados pelas empresas e conglomerados, as quais se movem por países e continentes à procura de mercados rentáveis.

As sociedades contemporâneas, apesar das suas diversidades e tensões internas e externas, estão articuladas numa sociedade central. Uma sociedade global no sentido de que compreende relações, processos e

estruturas sócias, econômicas, políticas e culturais, ainda que operando de modo desigual e contraditório (IANNI, 1999, p. 39).

Segundo Ribeiro (2000), a globalização gera uma complexidade cultural, confunde-se a cultura em geral à “cultura global”, não havendo uma distinção entre ambas. Realidade difundida através da mídia, que patrocinada por diversos segmentos industriais influencia à mercantilização da cultura. Assim, como há um grande fluxo de capital circulando ao redor do mundo, o mesmo acontece com as pessoas, que cada vez mais deixam o seu país, intensificando os processos de migrações internacionais; desencadeando a formação dos Estados-nações modernas composta por uma segmentação étnica altamente complexa.

Para o autor Santos (2002) a cultura global é um dos principais reflexos da modernidade, resultado da intensificação nos fluxos extrafronteiras de bens, capital, trabalho, pessoas, ideias e informação entre as diferentes culturas nacionais. Por conseguinte, questiona-se até que ponto a globalização cultural acarreta a homogeneização, pondo em risco o desaparecimento ou enfraquecimento das culturas locais e nacionais.

A questão é de saber se o que se designa por globalização não deveria ser mais corretamente designado por ocidentalização ou americanização (Ritzer, 1995), já que os valores, os artefatos culturais e os universos simbólicos que se globalizam são ocidentais e, por vezes, especificamente norte-americanos, sejam eles o individualismo, a democracia política, a racionalidade econômica, o utilitarismo, o primado do direito, o cinema, a publicidade, a televisão, a internet, etc. (SANTOS, 2002, p. 45).

Segundo Giddens (2005, p. 71), essa indagação é coerente visto que tende-se a uma desvalorização dos costumes locais e da tradição conduzindo a uma cultura global, fundamentada nos princípios norte-americanos, no qual exalta os valores de poder e riqueza. Dessa maneira, o ‘imperialismo cultural’ ameaça sufocar culturas locais com poderosas marcas ocidentais.

O autor anteriormente citado ressalta que tanto a Grã-Bretanha quanto a maioria dos países europeus durante o século XX, passaram por profundas transformações em função da migração. Na Europa esse fenômeno intensificou-se após a Segunda Guerra Mundial, populações principalmente do norte e oeste europeu migravam para os países-anfitriões, como Suíça e Alemanha que absorviam a mão-de-obra desses imigrantes. Paralelamente, países que foram potências colônias sofreram um influxo de imigrantes vindos de suas antigas

colônias: primeiramente para a França, principalmente de argelinos e para os Países Baixos, vindos da Indonésia. (GIDDENS, 2005, p. 224 - 227).

Para Toffler (1997, p.35) as mudanças nas sociedades são dinâmicas e por isso a metáfora de “ondas” para descrevê-las. Caracteriza a civilização da Primeira Onda ligada a terra, e derivam da revolução agrícola, e ainda hoje, apesar de ter diminuído significativamente em virtude do êxodo rural, uma parcela da população mundial vive nos campos. Já as origens da civilização da Segunda Onda, teve seu estopim na máquina a vapor quando foi usada para fins econômicos, e com isso a proliferação das primeiras fábricas pela Grã-Bretanha, França e Itália. Originando as evasões de camponeses para as cidades, em busca de trabalho e melhores condições de vida, contribuíram para o crescimento da sociedade industrial. Os autores descrevem essa era ainda como: o progresso das ideias iluministas, exaltação dos direitos individuais, separação da Igreja do Estado, proporcionando a criação de um novo sistema para a produção de riquezas, assim acarretou na produção em massa, consumo de massa, educação em massa, desempenhados por instituições especializadas – escolas, corporações e partidos políticos, culminou para o desenvolvimento da modernidade. E por fim, a terceira onda, consiste na informatização.

Nesse mundo tripartido, o setor da Primeira Onda fornece recursos agrícolas e minerais, o setor da Segunda Onda supre a mão-de-obra barata e responde pela produção em massa, e o setor em rápida expansão da Terceira Onda avança para a supremacia baseado em novos métodos com os quais cria e explora conhecimento (TOFFLER, 1997, p.35).

O autor Ribeiro (2000) discorre que as implicações de uma política de diferença, são amplas e complexas tanto para países quanto para os continentes, devido à magnitude de seus componentes envolvidos; assim “as características da formação histórica da segmentação étnica levaram a ideologia dos sistemas interétnicos que reclamam formas urgentes de regulação de conflitos” (RIBEIRO, 2000, p. 23). Segundo o autor, há um encolhimento do mundo, em função do capitalismo que aproxima o nível local dos níveis supralocais, resultante do desenvolvimento das indústrias de transportes, comunicação e informática. O mesmo autor salienta que, em decorrência de uma exuberância de informações transmitidas e recebidas simultaneamente no cotidiano, o habitante da sociedade de massa tem dificuldade de processá-las; que implica nas sociedades complexas. “A

compreensão e a convivência com a diferença, sem perder de vista os valores universalistas, já foram exploradas sob os rótulos de pluralismo e diversidade. No momento, essa discussão vem sendo realizada sob o rótulo de multiculturalismo” (RIBEIRO, 2000, p. 21).

Segundo Huntington (1997), após o fim da União Soviética que por consequência tornou a Federação Russa um país independente houve um fortalecimento das identidades culturais dos povos, o que provocou uma mudança na política mundial. Entretanto, para Francis Fukuyama, o período pós Guerra Fria seria de paz, “[...] o fim da história como tal, ou seja, o ponto final da evolução ideológica da Humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como a forma final de governo humano” (FUKUYAMA apud HUNTINGTON, 1997, p.60). Constata-se que a Nova Era passaria por transformações culturais, relata Huntington (1997), a descoberta de novas identidades que são na verdade antigas, conduz a novas guerras com inimigos já conhecidos. Assim o mesmo autor afirma que a modernização econômica e social não produz uma civilização universal e ainda menos a ocidentalização das sociedades não ocidentais.

2.3 RELIGIÃO X ESTADO LAICO

Segundo Wilges (1994, p.9), o fenômeno religioso é universal. Faz-se presente em todos os tempos, lugares e povos existentes. “Em sentido real objetivo, religião é o conjunto de crenças, leis e ritos que visam um poder que o homem, atualmente, considera supremo, do qual se julga dependente, com o qual pode entrar em relação pessoal e do qual obter favores”. O mesmo autor distingue cultura e religião, apesar de estarem intrínsecas e influenciarem uma a outra. Dessa maneira, um conjunto de crenças envolve também condutas sócias e refletem no comportamento de uma sociedade. Contudo, Wilges (1994) salienta o enfraquecimento das culturas religiosas no mundo moderno, através dos meios de comunicação. Faz parte da cultura cristã, por exemplo, não trabalhar aos domingos, o que ainda é incorporado pela maioria dos países, apesar de funcionarem estabelecimentos que abrem aos domingos e mesmo funcionando vinte quatro horas por dia.

Para Piazza (1977) as religiões promovem a integração entre os povos, desde a pré-história moldavam as relações e o comportamento das sociedades. Ademais, assim como os homens foram aprimorando suas técnicas para aproveitamento da natureza e evoluindo, o mesmo aconteceu com a religião. Para atender as necessidades humanas e suprir os questionamentos fez-se cada vez mais presente o uso da religião no cotidiano. Entretanto, no século XVIII houve um enfraquecimento da Igreja Católica, a partir do surgimento das ideias iluministas que pretendiam através da razão e não mais da fé explicar a realidade. Houve então um maior poder do Estado na cultura e na sociedade, entretanto a religião sempre esteve presente e permanece norteando países e povos.

Para Galdino (2006, p. 13), “A religião pode ser a crença na [ou sentimento de] dependência em relação a um ser superior que influi no nosso ser – ou ainda – a instituição social de uma comunidade unida pela crença e pelos ritos.” A mesma autora salienta sobre a dificuldade de definir judicialmente o que venha a ser religião, devido a singularidade da mesma.

O conceito de religião é indeterminado e variável; há uma religião de definições [...]. De um lado, a palavra religião designa um estado espiritual do indivíduo, elevando sua personalidade acima de seus interesses momentâneos, de um tipo de idealismo ético excessivo. De outro lado, compreende-se, sob o termo, um fenômeno histórico de massas, uma concepção do mundo a que as massas chegam, não por sua própria experiência, mas por outro caminho; elas aceitam, com a ajuda de uma fé cega, a autoridade de qualquer coisa que esteja acima delas e a partir da qual se constitui a regra de seus pensamentos e de seus esforços (KATUSKY apud GALDINO, 2006, p.11).

Segundo Ferreira (2009) a religião serviu de ferramenta para explicar o inexplicável, inclusive matemáticos e físicos acreditam num Ser supremo; ainda que suas teorias sejam palpáveis e sustentadas pela razão. Contudo, a partir de 1800 referências a Deus na literatura científica tornaram-se cada vez menos frequentes, devido a uma mudança de comportamento da sociedade e cientistas diante da forma de pensar sobre o tema. Apesar de estudiosos restringirem seus comentários a respeito desse assunto em seus livros os mesmos continuam com a sua fé infundável, segundo uma pesquisa americana formulada para um seleto grupo de cientistas em 1980 e posteriormente em 1996, 40% dos pensadores entrevistados em ambos os anos responderam acreditar em um Deus pessoal. Desta maneira a crença em algo, transborda a fronteira do racional e passa a ser intrínseca a cada

ser em particular. “O misticismo genuíno é perfeitamente capaz de oferecer a sua própria justificação, sua própria evidência, suas próprias afirmações e suas próprias provas.” (FERREIRA, 2009, p.12).

Para Wiengartner (2007, p. 34) a separação entre o Estado e a religião parece-lhe controverso, pois como o autor relata “a religião funcionou, durante muito tempo e bem, como poderoso instrumento de coesão social, garantindo unidade axiológica”. Contudo o autor afirma que a secularização da religião a partir do século XIX não significa sua extinção, e sim traduz a autonomia dos diversos subsistemas sociais de acordo com uma lógica não holística. Há um grande debate entre os jurídicos e teóricos acerca do Estado constitucional e do moderno ambiente cultural nele presente. Conforme o homem progride na ciência, estreita-se sua relação com a religião na busca de respostas, assim assuntos que antes eram deferidos por mensageiros de Deus, hoje são de incumbência do Estado.

O autor citado anteriormente ressalta ainda a relevância da valorização do respeito à pessoa humana, incluindo sua opção religiosa, no qual a liberdade de religião e de opinião está inserida na Declaração de Direitos Humanos, assinada em 1948 por 58 países membros das Nações Unidas na França. Proporcionando para a construção da constitucionalização do direito à liberdade religiosa e do princípio de separação Igreja/Estado.

Para Galdino (2006), os ideais revolucionários, dentre eles a liberdade, constituíam os pilares da Revolução Francesa, inaugurando a cidadania, que por sua vez passou a ser não apenas um direito dos governantes, mas também um dever do Estado. Assim em 1789, com o intuito de oficializar e universalizar o conceito de liberdade, a França redigiu na sua Declaração Francesa, em seu artigo quatro:

A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudique a outrem: assim, o exercício dos direitos naturais do homem não tem outros limites senão os que asseguram aos demais membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Esses limites somente a lei poderão determinar. [...] A lei não pode proibir senão as ações nocivas à sociedade (GALDINO, 2006, p.7).

Segundo Galdino (2006), no moderno Estado pluralista as liberdades adquirem importância, opondo-se nesta maneira ao Estado totalitário, assim um Estado de Direito democrático ou democrático de Direito é, por definição, um Estado

de direitos fundamentais. De modo que em 1948, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos concedeu dimensão plena à liberdade religiosa. Devido ao caráter dogmático e autossuficiente das religiões, as mesmas exercessem grande influência na sociedade e política, assim “com a separação da religião da cultura geral e do poder político, permitiu a existência do sistema democrático e da cultura da liberdade” (GALDINO, 2006, p. 19). Contudo, o Estado assegura a cada indivíduo o livre arbítrio na escolha de sua religião, assim como o desenvolvimento da mesma, “[...] o Estado deve-se manter a margem do fato religioso, sem incorporá-lo em sua ideologia.” (GALDINO, 2006, p. 77). Caracterizando a laicidade do Estado pela não interferência ou relação de dependência do mesmo com qualquer entidade religiosa.

2.4 CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO FRANCÊS

A França localiza-se na Europa, é privilegiadamente banhada pelo Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico, além de ser o país mais extenso da Europa ocidental com 550 mil km². Possui vários territórios ao redor do mundo, denominados Departamentos e Territórios de Ultramar, o que lhe proporciona ser a segunda maior zona econômica do mundo. A França é o quinto maior exportador de bens do mundo e responsável por cerca de 3,1% do comércio mundial, por mérito de uma infraestrutura viável e compatível com as demandas do mercado. Totalizando uma população de 63,9 milhões de habitantes, dos quais 28,3 milhões encontram-se economicamente ativos. Membro da União Europeia desde 1958 adotou por consequência a moeda euro, assim sua economia consolidou através da estabilidade cambial. A capital francesa é Paris, um dos lugares turísticos mais requisitados anualmente (BRASIL, 2014). A França denominada anteriormente Gália, era no começo do século VIII, governada por Carlos Martel, filho de Pepino II, assim o primeiro contato dos gauleses com os árabes ou sarracenos ocorreu em 17 de outubro de 732, quando Carlos enfrentou Abd Al-Rahman, chefe sarraceno, perto de Poitiers e expulsou os árabes da Gália, resultando a vitória dos cristãos. Durante seu reinado Carlos Magno sonhara em criar uma Europa unida e cristã, os francos travaram batalhas homéricas contra os muçulmanos para expulsá-los do continente, contudo somente através da Reconquista Cristã durante a Idade Média que os

árabes foram totalmente expelidos da Europa e o cristianismo tornou-se a religião oficial do Estado (ZIERER, 1976).

A França foi de extrema relevância para a configuração da Europa atual, durante a época de Napoleão III, aliada a Inglaterra em 1856, a França impediu a expansão da Rússia no continente e possibilitou a unidade italiana. Em 1859, Napoleão III visa uma política com objetivos mundiais; enviando tropas à China e expedições coloniais ao sul da Argélia e Senegal. Em 1881 a França estende seu protetorado à Tunísia, impõe o domínio ao Congo; e por fim em 1895 Madagascar é conquistada. Assim o Senegal, o Sudão e o Daomé constituem a África Ocidental Francesa; e o Congo forma a África Equatorial Francesa (ZIERER, 1976).

O conjunto das conquistas coloniais francesas suscita o interesse por parte dos outros países, ademais a disputa por zonas de influência e a expansão econômica dos Estados Unidos e do Japão favorece a eclosão da primeira Guerra Mundial de 1914 até 1918, e resulta na vitória dos Aliados, formados pela Tríplice Aliança e uma série de penalidades para os membros da Tríplice Entente, da qual a Alemanha fazia parte e teve por consequência a perda de 12% de seus territórios, sendo severamente punida por ter sido considerada a grande responsável pela guerra. Assim, na metade do século XIX a presença colonial europeia na África estava limitada aos holandeses e britânicos na África do Sul e aos militares britânicos e franceses na África do Norte. Em face da precariedade do equilíbrio internacional, devido às divergências políticos-ideológicas e pelas crises decorrentes da expansão capitalista; emerge o cenário para a segunda Guerra Mundial, que acontece de 1939 a 1945, que ao seu término marcou a divisão do mundo em duas grandes potências: Estados Unidos e União Soviética, além do processo de descolonização dos impérios coloniais, que proporcionou o surgimento de países na Ásia e na África (NEVES, 2002).

Assim, diante da fragilidade da França em controlar suas colônias, ela concede a independência à Síria, a Tunísia e ao Marrocos em 1954. Posteriormente concede a independência aos seus outros territórios conquistados, então em 1962 reconhece a independência da Argélia, e sucessivamente para todas as suas colônias da África negra. Todavia, a influência francesa perpétua em suas antigas colônias, por exemplo, muitos países africanos adotam o francês como segunda língua oficial (ZIERER, 1976).

Ao fim da Revolução Francesa foi abolida a monarquia e instituída a era dos governos republicanos na Europa, assim em 1792 instaurou-se a Primeira República Francesa, que foi posteriormente extinta para o surgimento do Primeiro Império Francês. Atualmente a forma de governo francês é republicana, denominada República Francesa, e seu chefe de Estado François Hollande foi eleito pelo voto popular, ocupando este cargo desde 2012. A presente constituição francesa foi outorgada em 4 de outubro de 1958, derivando da Constituição da Quinta República, tendo sido emendada desde então oito vezes, mais recentemente em 2008. A França mantém a tradição do secularismo e não possui oficialmente dados referentes à religião de cada cidadão desde o censo nacional de 1872; reafirmado por lei em 1978 o Estado proíbe a coleta de dados pessoais que incluem informações a respeito da etnia, religiosidade e opiniões políticas dos nacionais franceses, mas já em 1905 na França ocorre a aplicação de uma lei que estabelece a separação entre o Estado e a Igreja. Entretanto dados extraoficiais afirmam que entre 63%-66% da população francesa é Católica Apostólica Romana, 7%-9% islâmica, 5%-7,5% judaica, 5%-7,5% budista e cerca de 30% ateus e/ou praticantes de outras crenças. (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2015).

2.4.1 Heranças islâmicas na França

Atualmente a França comporta duas mil mesquitas, a primeira inaugurada em 1926, é a Grande Mesquita de Paris, elaborada no estilo arquitetônico mourisco e com o minarete de trinta e três metros. A história desta mesquita está ligada a colonização, e se concretiza depois da Primeira Guerra Mundial, para homenagear a morte de setenta mil soldados muçulmanos que lutaram pela França. A mesquita também é chamada djami, que significa lugar de encontro e união. É um lugar de encontro e de consulta, adoração e purificação, mesquitas são lugares sagrados. Ademais, a mesquita no centro da cidade, simboliza e engloba não somente o centro das atividades na sociedade, mas também a abertura ao mundo exterior (BOUSSOF, 2001).

A partir de 1980, a emergência do Islã na França e sua afirmação no ambiente cotidiano se fazem por meio da presença de livrarias islâmicas,

açougueiros halal², salas de oração e o uso do véu. O aparecimento de marcas islâmicas nos espaços públicos é o reflexo da consolidação de uma comunidade muçulmana na França, da qual fazem parte cerca de cento e vinte três nacionalidades de diferentes muçulmanos, majoritariamente de origem argelina, marroquina e tunisiana. A criação de túmulos muçulmanos dentro dos cemitérios franceses, a partir de 1934, reforça o peso simbólico, uma vez que os mesmos renunciam ao enterro em terras islâmicas, hoje são oitenta túmulos em toda a França (VENEL, 2009).

Provando a existência de uma forte presença na França os muçulmanos conseguiram estabelecer associações e organizações. Há aproximadamente 1.500 organizações muçulmanas, a maioria dos quais são mesquitas. Estes corpos tendem a ser grupos locais filiados às federações nacionais ou institutos. O Conselho Francês ao Culto Muçulmano (CFCM) foi formada em 2003 e é agora o principal interlocutor com o estado francês, na tentativa de garantir a conservação de seus direitos e a manutenção de sua cultura islâmica. As organizações muçulmanas iniciaram-se durante greves organizadas por trabalhadores muçulmanos no ano de 1970. A lei 1981 que deu a cidadãos estrangeiros o direito de se organizarem criou um quadro jurídico, inadvertidamente, por organizações religiosas. A década de 1980 viu a criação de muitas dessas organizações, dois dos quais ainda são grandes atores hoje: União das Organizações Islâmicas da França (UOIF) e União Nacional dos muçulmanos da França (FNMF), segundo Venel (2009).

Em meados de 1990 havia aproximadamente 3,5-5 milhões de muçulmanos na França, representando 6,0-8,5 por cento da população total (58,5 milhões). Pelo menos dois milhões de muçulmanos com cidadania francesa, entretanto não há precisão, pois, a Lei francesa proíbe distinção de cidadãos ou residentes de acordo com a sua fé. Como consequência, não há dados estatísticos oficiais sobre número de muçulmanos na França. Há vários estudos realizados por acadêmicos privados, como por exemplo, Couvreur (1998) e Boyer (1998), conforme demonstra a Tabela 1 a seguir (ISLAM..., 2015). Os muçulmanos estão em todo o país, mas há comunidades concentradas, como na Ilê-de-France (35 por cento), Provence-Alpes-Côte d'Azur (20 por cento), Rhône-Alpes (15 por cento), e o Nord-Pas-de-Calais (dez por cento). Estes estudos a partir da metade da década de 1990

² Halal é uma palavra que se refere, no islão, aos comportamentos, formas de vestir e de falar, alimentos que são permitidos pela religião (VENEL, 2009).

forneem os seguintes números para a repartição étnica da população muçulmana na França:

Tabela 1 – Composição étnica da população muçulmana na França

GRUPO DE POPULAÇÃO MUÇULMANA NA FRANÇA	COUVREUR (1998)	BOYER (1998)
	Total/Cidadãos franceses	Total
Origem algeriana	1,500,000 / 900,000	1,500,000
Origem marroquina	1,000,000 / 400,000	1,000,000
Origem tunisiana	350,000 / 150,000	350,000
Oriente Médio e Turquia	350,000 / 150,000	--
Árabes oriundos do Oriente Médio	-- / --	100,000
Não árabes oriundos do Oriente Médio (incluindo Turquia)	-- / --	315,000
África Subsaariana	250,000 / --	250,000
Harkis ³ e seus filhos	-- / --	450,000
Convertidos ao Islã	--/ --	40,000
TOTAL	3,500,000	3,590,000

Fonte: ISLAM IN RANCE. **Euro-islam. info**, 2015. Disponível em: <http://www.euro-islam.info/country-profiles/france/>. Acesso em: 14 sep. 2015.

A percepção pública francesa em relação aos muçulmanos mudou significativamente ao longo da última década e esta mudança tem sido em grande parte um produto de eventos sociais e políticos. A degradação da situação econômica e social na França, na década de 1980, desencadeou sentimentos adversos por parte da população francesa, culpando muitos jovens imigrantes norte-africanos e uma intensificação de atitudes xenófobas na França. Dessa maneira, em 2003 foi fundada a Ação Coletiva Contra a Islamofobia na France (CCIF), a fim de

³ "Harki" é um termo genérico para muçulmanos argelinos que serviram no exército francês, e, por vezes, se estende àqueles que apoiaram a presença francesa na Argélia durante a guerra de Independência da Argélia de 1954 a 1962 (ISLAM..., 2015).

ajudar as vítimas e melhorar a interpretação do Islã na sociedade francesa (ISLAM..., 2015).

Atualmente, existem cerca de quatro milhões de muçulmanos na França, metade dos quais são cidadãos franceses. Entretanto, o crescente aumento do preconceito em relação ao gênero muçulmano e a natureza do Islã, se torna um desafio para a integração islâmica na França.

3 CARACTERIZAÇÃO DO CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES SEGUNDO SAMUEL HUNTINGTON

Neste capítulo serão abordadas as definições que conceituam e tornam singular a teoria do Choque de Civilizações, segundo a perspectiva de Samuel Huntington, com contribuições de outros autores que compactuam ou discordam da mesma. Por meio da conceituação e evolução das civilizações, buscou-se aprofundar as relações entre o Ocidente e o Oriente, por meio da literatura, comprovando uma dominação histórica da civilização ocidental sob as demais.

3.1 CONCEITUAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS CIVILIZAÇÕES

Conforme Huntington (1997) afirma, com o fim da Guerra Fria são as identidades e a cultura que irão desencadear os conflitos e as alianças entre os Estados e não mais as ideologias políticas. Segundo o mesmo autor o mundo tende a se dividir em civilizações que englobam vários Estados; assim não há uma correlação entre Estado e civilização. Para Huntington (1997), a civilização representa a entidade cultural mais ampla:

Uma civilização é assim o mais alto agrupamento cultural de pessoas e o mais amplo nível de identidade cultural que as pessoas têm além daquilo que distingue os seres humanos das demais espécies. Ela é definida por elementos comuns objetivos como língua, história, costumes, instituições e pela auto identificação subjetiva das pessoas (HUNTINGTON, 1997, p. 47).

Entretanto Ali (2001) salienta que o Islã, há 1.000 anos nunca foi monolítico e que a diferença entre muçulmanos senegaleses, chineses, árabes, da Ásia meridional e da Indonésia é maior do que aquela entre não muçulmanos de

mesma nacionalidade. O mesmo autor acrescenta que o mundo islâmico desde seu surgimento, passou por guerras e revoluções, assim como em outras sociedades. Não obstante Huntington (1997, p.54) afirma que “A religião é uma característica central definidora das civilizações”, e apesar das divergências dos que compactuam da mesma fé, das cinco religiões mundiais derivam as principais civilizações, das quais fazem referência ao Cristianismo, Islamismo, Hinduísmo, Confucionismo e ao Budismo.

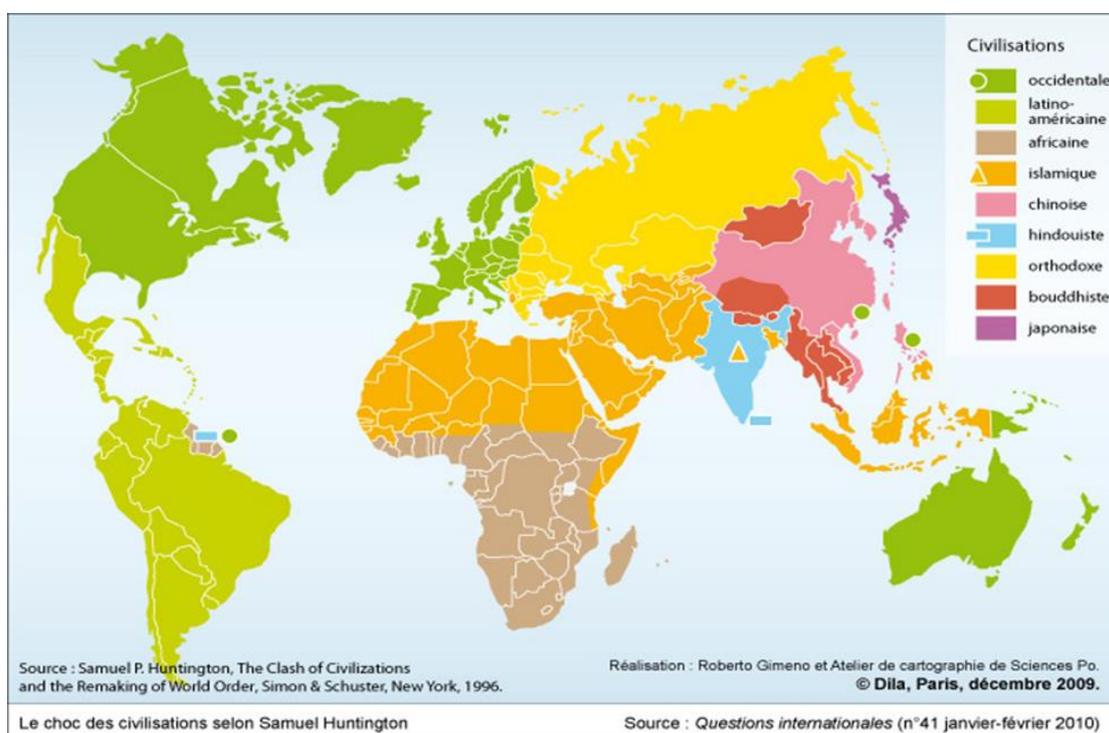
Gaarder (2000) esclarece que árabe não é sinônimo de islâmico, e que a diferença entre os termos árabes e muçulmanos é que “árabe” se refere à língua e a etnia dos habitantes de um país, enquanto o muçulmano é uma religião. Além disso, existem árabes não muçulmanos e muçulmanos não árabes, por exemplo, os árabes católicos do Líbano e da Síria e os muçulmanos da Indonésia. O mesmo autor relata que o islã teve origem na Arábia e ainda hoje está intimamente relacionado à cultura árabe. Entre outras razões, porque o livro sagrado dos muçulmanos, o Corão ou Alcorão, foi escrito em árabe. Em consequência, o elemento árabe é importante no islã, embora hoje só uma minoria dos muçulmanos seja árabe. O islã está amplamente difundido em vastas regiões da África e da Ásia, atualmente é a segunda maior religião do planeta depois do cristianismo, e grandes levas de imigrantes asiáticos e africanos o transformaram também na maior religião de minorias étnicas na Europa.

Paralelamente Huntington (1997) defende uma nova relação de forças entre as civilizações, com a perda da influência do Ocidente no cenário internacional. Afirma que as civilizações asiáticas ganharão poder econômico, militar e político e reafirmarão seus próprios valores, tornando-se uma ameaça ao poderio norte americano. Também, Huntington (1997) constata o crescimento populacional do Islã que é acompanhado por um ressurgimento da religião islâmica, a qual em muitos países é ilustrada pelo crescimento do fundamentalismo, especialmente entre os jovens e que ganha força na Europa Ocidental. Porém, para Ali (2001) se o Islã é considerado uma das principais ameaças para o Ocidente; deve-se ao fato que o Irã, Iraque e Arábia Saudita, juntos produzem a maior parte do petróleo do mundo.

Segundo Huntington (1997), há oito a nove civilizações contemporâneas (conforme Figura 1) que se dividem no globo terrestre e são elas: sínica ou confuciana, japonesa, hindu, islâmica, ortodoxa, ocidental, budista, latino-americana e africana. Contudo, “os principais estudiosos de civilização, com exceção de

Braudel, não reconhecem uma civilização africana distinta” (HUNTINGTON, 1997, p. 53). Em relação à América Latina, Huntington (1997) adota uma posição ambivalente; tanto a considera como uma sub civilização do Ocidente, como a conceitua uma civilização distinta, ameaçada pelos Estados Unidos.

Figura 1- Mapa de civilizações segundo Samuel Huntington



Fonte: HUNTINGTON (apud MENDES, Raquel. **Mapa do "choque de civilizações"**. abr. 2011. Disponível em: <<https://fichasmarra.wordpress.com/2011/04/02/mapa-do-choque-de-civilizacoes-de-samuel-huntington/>>. Acesso em: 05 out. 2015.

Huntington (1997) constata que o mundo pós-Guerra Fria é multicivilizacional, pois o Ocidente tornou-se obsoleto no sistema internacional, através do declínio de sua dominação com o fim do imperialismo colonial e pelo fim das hostilidades entre os Estados ocidentais. Apesar da força do Ocidente e de sua grande influência sobre a cultura de outras civilizações, a difusão dos ideais ocidentais não resultou numa civilização universal. As civilizações expostas às convicções ocidentais absorveram o conhecimento, sem adotar, contudo, todos os seus valores, tais como: o individualismo, Estado de direito e a separação entre Estado e Igreja. Dessa forma, a modernização dos Estados não ocidentais não

caracteriza sua ocidentalização, mas sim reforça sua adesão pela sua própria civilização.

Para os autores Pinsky e Pinsky (2013) a religião serviu e serve como pretexto para perseguições, torturas e assassinatos em diversos momentos da história, dos cruzados medievais aos fundamentalistas do século XXI. Os autores destacam que a religião deveria aproximar os povos, pois a divindade iria aperfeiçoar o ser humano, contudo o problema reside naqueles que acreditam serem os únicos a professarem a religião verdadeira, defendendo um Deus certo, e assim ignorando e massacrando as demais religiões. Os mesmos autores afirmam que o fundamentalismo muçulmano consiste sem dúvida com uma ameaça eminente no mundo atual, e que essa corrente não deriva do Islã tradicional e sim provém da herança de uma civilização islâmica em confronto com a modernidade ocidental.

3.2 O OCIDENTE E O RESTO DO MUNDO

Huntington (1997) questiona a democratização de países não ocidentais. Segundo o mesmo autor a democracia concedeu poder a partidos adversos aos valores ocidentais. Em contrapartida, Bhutto (2008) defende que o islamismo tem compromisso não somente com a tolerância e a igualdade, como também com os princípios democráticos de consulta (shura); obtenção de consenso (ijma); finalmente levando ao julgamento independente; elementos estes que caracterizam um Estado democrático de Direito.

A ideia de que a cultura do islamismo é a antítese dos valores democráticos não apenas não é consubstanciada pelas referências corânicas e pelas interpretações clericais islâmicas como também apela aos pontos de vistas dos radicais islâmicos de que o Ocidente é desrespeitoso e antagônico para com as crenças e a história do islamismo (BHUTTO, 2008, p.226).

Segundo Lewis (2004), há um evidente e crescente descontentamento dos povos do Oriente Médio em relação à política norte-americana, os mesmos acusam os Estados Unidos de permitirem e manterem de forma passiva uma relação amistosa com governos tiranos e corruptos. Lewis (2004) completa afirmando que o Ocidente julga os povos do Oriente Médio com padrões inferiores aos que julgam europeus e norte-americanos, além de serem condescendentes com governantes

que não tolerariam como representantes do povo nos países ocidentais. O mesmo autor declara que há uma disseminação de ideias que julga o povo muçulmano incapaz de operar uma sociedade democrática, que o mesmo é adverso a proteção da decência humana e indiferente aos direitos humanos.

Segundo o autor Fukuyama (1992) com o fim da Guerra Fria, a democracia reinaria tornando-se a única forma de governo possível, não havendo mais conflitos, estabelecendo a paz mundial, e assim as democracias liberais capitalistas configurariam o estado terminal do processo histórico. Para o mesmo autor o Estado liberal democrático moderno resulta da Revolução Francesa e o mesmo surgiu para solidificar o ideal cristão de liberdade e igualdade humana, princípios esses que foram levados ao resto da Europa pelo exército de Napoleão.

Não obstante, a História contraria a teoria de Fukuyama (1992), de que como exposto no relatório da The Economist Intelligence Unit Limited (2015) que fornece o estado da democracia no mundo. O índice democrático é baseado em cinco categorias: processo eleitoral e pluralismo; liberdades civis; o funcionamento do governo, participação política; e cultura política. Com base em suas pontuações em uma escala de indicadores dentro dessas categorias, cada país é então classificado como um dos quatro tipos de regime: "Democracias plenas"; "Democracias imperfeitas"; "Regimes híbridos"; e "regimes autoritários". Conforme a Tabela 2 a seguir, apenas 15% dos países desfrutam de uma democracia plena, enquanto que 1/3 são governados por regimes autoritários, totalizando aproximadamente 40% da população mundial vivendo sobre condições opressivas.

Tabela 2 – Tipos de regimes políticos em 2014.

	Número de países	% dos países	% da população do mundo
Democracias plenas	24	14.4	12.5
Democracias imperfeitas	52	31.1	35.5
Regimes híbridos	39	23.4	14.4
Regimes autoritários	52	31.1	37.6

Fonte: DEMOCRACY index 2014. Local: Estados Unidos, **The economist Intelligent Unit**, 2015. Disponível em: < <http://www.sudestada.com.uy/Content/Articles/421a313a-d58f-462e-9b24-2504a37f6b56/Democracy-index-2014.pdf> > Acesso em: 02 set. 2015.

A ex-primeira ministra do Paquistão e primeira mulher a governar um Estado muçulmano relembra ainda que, segundo o Corão a sociedade islâmica é baseada em “aconselhamento mútuo por intermédio de discussões mútuas em bases iguais” (BHUTTO, 2008, p. 25). A mesma autora discorda da perspectiva do Choque de Civilizações, pois sustenta que as afirmações sobre o islamismo são equivocadas e tal tese é usada “para o Ocidente controlar as nações islâmicas negando a elas as ferramentas da modernidade e da tecnologia” (BHUTTO, 2008, p. 227).

Ademais as relações entre Estados caracterizam pela dominação, em busca de riquezas e poder. Nesse contexto, os Estados Unidos (EUA) constantemente interferem no curso da história do Oriente, pois conduzem suas políticas em função dos interesses próprios. Contextualizando nos acontecimentos atuais, com a emergência do EI as estratégias na região da Síria e do Iraque são contraditórias, contudo, fundamentadas nos parâmetros estabelecidos; primeiramente: os Estados Unidos não querem modificar as fronteiras existentes no Oriente Médio, pois poderia causar um novo período de guerras sangrentas naquela região, os EUA também querem conter o poderio do Irã e impedir a vitória de Bachar el-Assad na Síria, e por fim, os EUA não pretendem entrar em uma guerra que será difícil de controlar, contabilizam cerca de quatrocentas mil mortes de soldados americanos, entre 2003 e 2011.

3.3 RELAÇÃO DO OCIDENTE COM O ISLÃ

Schilling acredita (2006) que as mesquitas são os únicos e possíveis símbolos democráticos para o islamismo, pois não existem nem camarotes para os ricos e bancos para os pobres, nesses lugares todos são iguais frente ao Único e todos são filhos de Alá. O mesmo observa que durante o século XX, quando americanos e europeus cobiçavam o petróleo árabe, não fizeram nenhuma questão que seus parceiros comerciais aderissem às instituições políticas liberais, tampouco que participassem de comitês internacionais. Schilling (2006) relata que a religião islâmica foi fundada no século VII pelo profeta Maomé, com 1400 anos de existência é a religião mais jovem da Terra e apesar disso, conseguiu converter um quinto da humanidade à sua fé, que engloba todas as raças e todas as línguas do planeta,

motivo pelo qual culminaram por conflitar com o cristianismo, ambas as religiões possuem as mesmas ambições de conversão universal. O autor citado anteriormente, também esclarece o porquê da enorme dificuldade dos políticos muçulmanos de separarem os assuntos do Estado com assuntos de Alá. Schilling (2006, p. 25) explica “Maomé solidificou-se os poderes políticos e os temporais em um só corpo, assumindo-se simultaneamente como profeta e estadista”.

Para Visacro (2009) as relações entre o Ocidente e o Oriente são historicamente conturbadas, baseando tal afirmação no fato da civilização islâmica não aderir à cultura ocidental e tampouco seguir os pressupostos considerados universais pelo Ocidente, mais particularmente pelos Estados Unidos. O mesmo autor acredita que o atentado de onze de setembro às torres gêmeas nos Estados Unidos oficializou a Guerra Global contra o terror, articulada pelos norte-americanos para combater a proliferação do Estado Islâmico. Contudo Visacro (2009) acredita que os Estados Unidos não visam apenas controlar ideologicamente os árabes, seu real objetivo é assegurar o seguro acesso as matérias-primas, mais especificamente o petróleo, dessa maneira salvaguardar seus interesses econômicos e permanecer com sua pragmática política externa no Oriente Médio.

Weyer (2003) destaca ambas as civilizações tanto a ocidental quanto a islâmica, no passado tentaram expandir seus territórios e conseqüentemente submeter diferentes povos as suas perspectivas religiões. O Expansionismo árabe iniciou-se após a morte de Maomé tanto em direção ao oriente como ao ocidente, invadindo a Europa, particularmente a Espanha, tendo fim em 732 AD com a Batalha de Poitiers, apesar desta derrota, a influência islâmica perpetua-se até os dias atuais na civilização ocidental. Não obstante Weyer (2003) relata que o Ocidente também ansiava por novos territórios e riquezas, justificando nas Cruzadas suas ambições durante os séculos XI e XIII. O mesmo autor descreve o poderio do Império Otomano, que no século XVII controlava o norte da África, sul da Rússia e Arábia.

Entretanto, com a colonização em meados do século XIX, os povos islâmicos que antes haviam governado e controlado os territórios centrais da Europa, estavam agora sobre dominação europeia. Assim, o imperialismo ocidental permitiu o enriquecimento das grandes potências europeias, enquanto os impérios muçulmanos permaneceram com suas economias estagnadas. Para Weyer (2003) o fim da Segunda Guerra Mundial permitiu que os líderes europeus outorgassem a concessão da independência às suas colônias. Contudo, nas colônias muçulmanas

as elites que se estabeleceram no poder eram ocidentalizadas e estavam comprometidas com o progresso em linhas ocidentais.

Segundo Said (2007) há uma relação de poder, dominação entre o Ocidente e o Oriente, devido ao poderio hegemônico das potências ocidentais. Para o mesmo autor desde a invasão do Egito por Napoleão, no fim do século XVIII, o Oriente foi feito e refeito pelo Ocidente, ignorando a diversidade dos povos, línguas, experiências, culturas que ali viviam para se moldar as vontades dos autos titulados civilizados. Said (2007) observa que as sociedades contemporâneas muçulmanas são constantemente denegridas em razão de seu atraso, pela falta de democracia e de sua supressão dos direitos das mulheres, contudo o mesmo autor declara: “noções de modernidade, iluminismo e democracia não são, de modo algum, conceitos simples e consensuais que se encontram ou não, como ovos de Páscoa, na sala de casa” (SAID, 2007, p. 15).

Assim, para o autor acima citado o Orientalismo consiste num conjunto de ideias e teorias orquestradas pelos ocidentais, afim de demonstrar o poder europeu-atlântico sobre o Oriente.

3.4 O ESTADO ISLÂMICO NA CONCEPÇÃO DO CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES

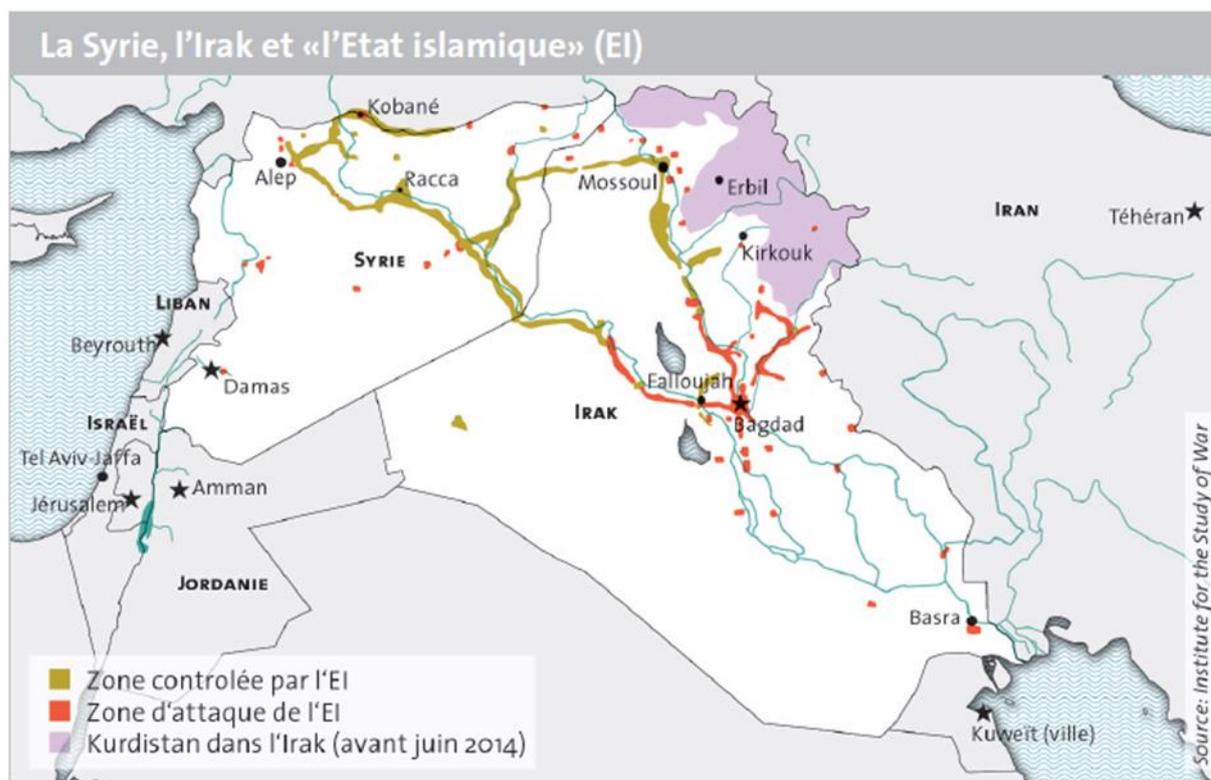
Com a emergência do Estado Islâmico (ISIS)⁴ concretizou-se a previsão huntingtoniana afirma Santos (2014). Hipótese que era pouco plausível pelos estudiosos dedicados a elucidar os desdobramentos da ordem internacional pós-Guerra Fria. O autor citado anteriormente acredita que a formação do Estado Islâmico visa atingir objetivos milenares, reconstruindo o califado erigido pelos sucessores de Maomé no século VII, ano de 632, cujo território se manteve até 1258; e como consequência restaurar o poder global do Islã. Segundo Santos (2014) a tentativa de restaurar o califado na região Síria/Iraque provém de ações errôneas cometidas pelos Estados Unidos, dentre elas a invasão do Iraque em 2003, e mais recentemente a tentativa dos Estados Unidos de promoverem uma insurreição contra o regime sírio, entretanto sem apoiar militarmente os insurgentes, o que resultou na ascensão de grupos mais extremistas opositores ao regime de Assad.

⁴ ISIS - Estado Islâmico do Iraque e do Levante, contudo, com a instauração do califado em 2014 passou a ser denominado Estado Islâmico (SANTOS, 2014).

Segundo Weiss e Hassam (2015) o Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS) vem conquistando territórios em ambos os países, com a intenção de criar um novo califado muçulmano com orientação da Sharia, lei islâmica. Os mesmos autores discorrem sobre o aparecimento do Estado Islâmico, inicialmente sendo uma facção da Al Qaeda, na sua origem um grupo insurgente iraquiano, para posteriormente adquirir sua configuração atual: um exército jihadista que espalha terror e caos no Oriente Médio.

Os mesmos autores citados anteriormente revelam que por meio das estratégias de mídia social e lucros ilícitos da exploração do petróleo, o grupo ISIS fortalece sua imagem internacional e agrega simpatizantes de todas as nacionalidades. Para Weiss e Hassam (2015) a expansão do ISIS foi possível através da desestabilização do governo xiita no Iraque, pois proporcionou um ambiente favorável à ascensão e encorajamento dos sunitas, os mesmos têm o intuito de deslegitimar os Estados no Oriente Médio que foram implementados por interesses ocidentais, para assim criar uma identidade árabe, com sustentação sunita do Islã. A Figura 2 a seguir, mostra as regiões de atuação do EI, evidenciando seu poderio e inserção no Iraque e na Síria, as zonas em amarelo são controladas, as zonas em vermelho estão sobre ataque e ao norte os curdos, zona praticamente isenta da presença do EI.

Figura 2 – Região de atuação do Estado Islâmico no Iraque e na Síria



Fonte: ZAPTE, Martin. La campagne américaine contre l'état "Etat islamiques". **Center for Security Studies**, Zurich, n.165, p.1-4, dec. 2014. Disponível em:

<<http://www.css.ethz.ch/publications/pdfs/CSSAnalyse165-FR.pdf>> Acesso em: 01 out. 2015.

O Estado Islâmico foi originalmente fundado por Abu Musab al-Zarqawi, um jihadista jordaniiano, que após a invasão do Iraque em 2003, decidiu juntamente com os seus discípulos se juntar à insurgência baathista contra as forças de ocupação. Em 2004, alinou-se a Osama Bin Laden, nomeando seu grupo Al-Qaïda no Iraque, com a morte de Zarqawi em 2006 pelos Estados Unidos, o grupo adotou o nome de Estado Islâmico do Iraque. Posteriormente, em 2013 quando o grupo estabeleceu presença direta na Síria, foi renomeado Estado Islâmico do Israel e do Levante. E finalmente, em 2014 nomeou-se Estado Islâmico (EI). A Al-Qaïda no Paquistão defendia a unidade xiita-sunita contra o Ocidente, entretanto o EI ignorando as diretrizes do núcleo, em 2007 atacou grupos xiitas no Iraque, o que provocou o estremecimento entre as relações, e o anúncio da separação formal em 2014 (MAHADEVAN, 2014).

Santos (2014) salienta que são estes grupos extremistas que dirigem o atual Estado Islâmico, os mesmos lutam contra o domínio xiita e as forças

americanas, orquestrada pelo seu líder Abu Bakr al-Baghdadi. O autor citado anteriormente defende a intervenção, não como foi conduzida na época das cruzadas, e sim a aliança de várias nações com diferentes origens, portanto com tipos civilizacionais e religiosos diversos, mas seguidores de regras de conduta comuns, aceitáveis universalmente por todos.

Recentemente, o EI é considerado o grupo terrorista mais rico do mundo, seus ativos são avaliados entre 1.3 e 2 bilhões de dólares, e incluem a venda de petróleo ilegal iraquiano, arrecadando cerca de 1 milhão de dólares por dia, além de diversificarem suas atividades, traficando antiguidades e extorquindo cidades em troca de proteção. O EI paga salários mensais aos seus combatentes, que variam de 200 a 600 dólares, sendo um atrativo para a população sunita, pois a produção agrícola iraniana diminuiu 90% nos últimos dez anos, forçando muitos agricultores a viver na miséria. (MAHADEVAN, 2014).

Observa-se nesse capítulo, a correlação entre civilização e religião, sendo a primeira derivada e construída a partir da segunda, como afirmou Huntington (1997). Esses conceitos estão intimamente ligados, entretanto não são objetos de coesão e homogeneidade. Dentro de uma civilização pode haver e coexistir diferentes religiões, crenças, costumes, línguas, etnias, assim civilizações nascem e desaparecem. Diferentemente das religiões, entidades concisas e duradouras, que ultrapassam os séculos sem poucas variantes, mas com enorme influência no comportamento das sociedades. Dessa maneira, é possível um indivíduo ter dupla nacionalidade, contudo dificilmente terá duas religiões.

A História do mundo está em constante transformação e movimento. As relações entre os diferentes povos são particularmente complexas e instigantes. A religião tem o poder de modelar e orientar comportamentos, assim conceitos internacionalizados pelos indivíduos numa sociedade, norteiam suas atitudes e concepções do certo e errado.

4 HISTÓRICO DA RELAÇÃO ENTRE FRANCESES E POVOS MUÇULMANOS

Nesse capítulo foi abordada a relação entre franceses e islâmicos, dois povos, duas culturas distintas que convivem num mundo globalizado, havendo uma interdependência entre as duas partes, impossibilitando o isolamento das mesmas. Um encontro que remonta desde as Grandes Navegações, durante o século XV e XVI, passando pela colonização, revolução industrial, imperialismo, descolonização, capitalismo liberal, globalização, permanecendo até os dias atuais.

4.1 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O CAPITALISMO

A Revolução Industrial foi um conjunto de mudanças que aconteceram na Europa nos séculos XVIII e XIX. Segundo Hobsbawn (1997) é imprescindível citar a Inglaterra quando se aborda a Revolução Industrial, pois até 1840 esta revolução não fora perceptível em outros países. Para o mesmo autor foi o mais importante acontecimento na história do mundo, sendo iniciado na Grã-Bretanha, entre 1780 e 1800. Entretanto, Hobsbawn (1997) ressalta que o avanço britânico não se deveu à superioridade tecnológica e científica, mas sim pelas condições adequadas presentes na Grã-Bretanha.

A agricultura já estava preparada para levar a termo suas três funções fundamentais numa era de industrialização: aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento, fornece uma grande e crescente excedente de recursos em potencial para as cidades e indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia (Hobsbawn, 1977, p. 47).

Arruda (1994) e Hobsbawn (1997) compactuam do mesmo ponto de vista, destacam a importância da Revolução Industrial, pois transformou profundamente a história mundial. Arruda (1994) afirma que a industrialização da Inglaterra foi um fenômeno secular, viável por uma sociedade amadurecida para a assimilação do progresso técnico, premissa do capitalismo. Assim, a Revolução Industrial ou Evolução Industrial como sugere o autor citado anteriormente, culminou de um longo processo que remonta aos meados do século XVI, se estende até o final do século XVII e início do século XIX. Arruda (1994) acrescenta que as mudanças não teriam

sido apenas econômicas, mas também sociais e culturais derivadas do crescimento populacional e do incremento da produção industrial.

Para Perry (1999) os ingleses dispunham de várias vantagens que os colocaram na rota da industrialização, como: a detenção de suprimentos de carvão e ferro, essenciais para a metalurgia e mineração; transporte fluvial e terrestre eficiente financiado por empreendedores privados que lucravam com elas; além de um excedente de mão-de-obra, composta por agricultores que já não podiam retirar da terra seu sustento e de suas famílias. O mesmo autor acrescenta que nesse período, século XVIII, a Inglaterra dispunha de capital para investir em novas indústrias, esses fundos provinham de comerciantes e proprietários de terras que haviam enriquecido com o comércio, inclusive de escravos. Perry (1999) relata que a manufatura de têxteis foi uma das primeiras a ser mecanizada, assim as inovações na produção agrícola e na tecnologia tiveram consequências revolucionárias para a sociedade, economia e política. Impulsionando as pessoas do campo para as cidades, as cidades industriais expandiram-se rapidamente, por exemplo, entre 1801 e 1851, a população de Liverpool aumentou de 77 mil para 400 mil habitantes.

Nesse contexto, a Revolução Industrial afetou e alterou a vida de muitos trabalhadores, provocou o êxodo rural, além de gerar uma crise de superprodução, originando-se na Inglaterra, e posteriormente refletindo nas potências europeias. Fez-se assim, necessário expandir os mercados europeus consumidores e renovar suas fontes de matérias-primas. Paralelamente, na África, culminou no neocolonialismo, assim na dominação política, econômica e cultural dos povos africanos, a fim de atender as necessidades e transformações na Europa.

4.2 O NOVO IMPERIALISMO

Ferro (1996) destaca que a tradição histórica ocidental data o fato colonial da época dos Grandes Descobrimientos, na França especificamente começa com os exploradores do século XV. O mesmo autor distingue a colonização do tipo expansionista, no estágio de livre concorrência do capitalismo, exemplificando o caso da Argélia, conquistada em 1830; da colonização de tipo novo, ligada à Revolução Industrial e ao capital financeiro, relacionada à maioria das conquistas

francesas posteriores de 1871, além de ser responsável pela política de expansão da Grã-Bretanha e da Alemanha na África Oriental e na África do Sul.

A colonização é associada à ocupação de uma terra estrangeira, à sua exploração agrícola, a instalação de colonos. Assim definido o termo *colônia*, o fenômeno data da época grega. Da mesma forma, fala-se de “imperialismo” ateniense, depois romano – terá a expressão mudado de sentido? (FERRO, 1996, p. 17).

Para Lessa (2005) a partilha da África caracteriza uma nova corrida colonialista, retomando o processo estancado no início do século XIX, assim as novas formas do imperialismo econômico, sujeitaram política e economicamente as regiões atrasadas do mundo, influenciando as relações internacionais no grande período que se estende de 1871 a 1914. Segundo o mesmo autor, o novo colonialismo é relativamente distinto da corrida por possessões territoriais que deu início ao processo de europeização do mundo no século XVI, pois se deve ao aprofundamento do imperialismo econômico informal, o qual se caracterizou pela fase de expansão do capitalismo industrial através da imposição do livre-comércio anterior a 1871. Lessa (2005) destaca que após 1871, as possibilidades de expansão das grandes potências no território europeu foram interrompidas pelo fortalecimento dos movimentos nacionalistas, restavam abertas à competição das grandes potências os antigos territórios do Império Otomano nos Bálcãs, nos territórios tribais da África Negra e nos antigos reinos semifeudais da África do Norte e da Ásia.

Lessa (2005) acredita que as causas da corrida colonial que introduziram as potências europeias a partir de 1871 são múltiplas e complexas. O mesmo autor citado anteriormente enfatiza a natureza econômica do imperialismo, devido a busca de novas fontes de matérias-primas, conquista de novos mercados consumidores e procura de investimento para o capital financeiro. Para Lessa (2005, p.155): “o novo imperialismo também produziu relações políticas e econômicas assimétricas entre os Estados industrializados que dominavam o resto do mundo subdesenvolvido.”.

Devido ao neocolonialismo a África foi dividida em fronteiras artificiais de acordo com os interesses europeus, tribos aliadas foram separadas e tribos inimigas foram unidas. Essa divisão ocorreu em 1884-1885 na Conferência de Berlim que instituiu normas para a ocupação, onde as potências coloniais negociaram a divisão da África, propondo a não invadir áreas ocupadas por outras potências. No início da

português, italiano e espanhol, a exceção da Etiópia e Libéria os quais eram independentes, conforme mapa 2 a seguir. Conforme Hobsbawn (2003), tais conquistas permitiram à Grã-Bretanha aumentar seus territórios em cerca de 10 milhões de quilômetros quadrados, a França nove milhões, a Alemanha mais de dois, a Bélgica e Itália aproximadamente um milhão cada uma.

Então, o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido (HOBSEBAWN, 2003, p. 95).

Os reflexos desse acontecimento influem nas relações atuais, tal que a percepção e dimensão do mesmo não sejam devidamente consideradas. Hoje ainda, o desprezo dos grandes dirigentes do mundo em relação à África é visível, sendo o continente africano constantemente relacionado à pobreza, fome e AIDS.

4.2.1 Império colonial Francês

Linhares (1983) destaca que o Império colonial Francês não era tão rico e poderoso quanto o Império Britânico, entretanto foi produto de uma expansão mais rápida e concentrada no tempo. Em 1815, restavam apenas rastros do antigo império mercantilista a ser ocupado: Martinica, Guadalupe, Guiana, dois entrepostos abandonados no Senegal, a Ilha da Reunião e cinco feitorias na Índia. Em 1830 a França anexa Argel e posteriormente Livreville, no Gabão. A partir de 1850, durante a corrida imperialista, os franceses ingressam na competição pelas colônias, estendendo-se sobre treze milhões de quilômetros quadrados e dispendo de cento dez milhões de habitantes em 1939. Naquele momento, a França caracterizava-se como uma potência mundial, sendo que 25% do seu comércio exterior era formado pelas importações e exportações das coloniais.

Os principais territórios sobre dominação francesa eram, segundo Linhares (1983), na África do Norte: Argélia, Tunísia e Marrocos; África Negra: Saara e Congo foi dividida em duas Federações para fins administrativos: África Ocidental Francesa e África Equatorial Francesa; no Oceano Índico: Madagáscar; no Pacífico: Indochina Francesa; na Oceania: Nova Caledônia, além de pequenas ilhas

aleatórias; nas Antilhas: Martinica, Guadalupe, e a mais significativa: a Guiana; no Oriente Próximo: a Síria e o Líbano.

4.3 PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO

Magnoli (2004) relata que as duas guerras do século XX enfraqueceram o poder das potências europeias, durante a Guerra-Fria o poder global deslocou-se para os Estados Unidos e a União Soviética, conseqüentemente Alemanha e França tornaram-se potências de segunda classe. Para o mesmo autor o processo de descolonização da África e na Ásia, marcou o pós-guerra, evidenciando a diminuição do poder europeu, não obstante nas três primeiras décadas subsequentes, cerca de cem novos países independentes ingressaram na Organização das Nações Unidas (ONU), configurando a mundialização do sistema internacional. Coincidentemente, “o Estado nacional soberano, uma invenção da Europa, tornou-se o modelo mundial de organização política das sociedades” (MAGNOLI, 2004, p. 155).

A Guerra Fria funcionou como moldura para o processo de descolonização, que dissolveu impérios coloniais erguidos entre os séculos XVI e XIX. Esses impérios refletiam o poder e a influência das antigas potências mercantis (Holanda, Espanha e Portugal) ou, principalmente, das potências industriais do século XIX (Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e Bélgica). O deslocamento dos eixos mundiais de poder, no pós-guerra, destruiu os pilares de sustentação do colonialismo (MAGNOLI, 2004, p. 155).

Arnault (apud LINHARES, 1983, p.23) numa interpretação eurocêntrica da História constata: “Após ter colonizado, o europeu descoloniza. Era-lhe indispensável manter a iniciativa.” Contudo, ressalta Linhares (1983), a colonização resultou de uma ação consciente com o objetivo da conquista, a descolonização, como processo, provém do contrário, da revolta contra o Ocidente, sendo produto dos movimentos nacionalistas, e não mais resultante da iniciativa do colonizador. Segundo o mesmo autor, em razão da configuração do sistema internacional do pós-guerra favoreceu a nova relação de forças entre os países capitalistas.

Magnoli (2004) acrescenta outro fator para a descolonização, citando o crescimento e fortalecimento dos movimentos nacionalistas na Ásia e África, os mesmos reivindicavam a igualdade de direitos e soberania política. Segundo o autor citado anteriormente, a descolonização percorreu dois caminhos principais: o

primeiro, baseado na retirada voluntária da potência colonial, concedendo a independência; enquanto que o segundo: baseado em guerras de libertação conduzidas por movimentos nacionalistas nas colônias.

Na realidade, as duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) foram, no fundo, guerras civis europeias, com a participação dos Estados Unidos para o seu reerguimento econômico. Elas foram produzidas, sobretudo a segunda, pelas contradições entre países e apressaram a eclosão dos nacionalismos que levariam ao fim dos impérios coloniais. Nessas condições, a compreensão do movimento de independência das colônias asiáticas e africanas envolve a análise das transformações ocorridas no interior das Metrôpoles (LINHARES, 1983, p.24).

Para Saraiva (2007) o processo de descolonização deve-se a um conjunto de fatores políticos, econômicos, estratégicos e ideológicos, com base nas metrôpoles e com suas relações internacionais e coloniais. O mesmo autor considera esse acontecimento como sendo o mais expressivo das relações internacionais da segunda metade do século XIX, pois reconfigurou o mapa político mundial. Assim, no final da década de 1960, em função da nova realidade das independências formais, mais de setenta países foram reconhecidos Estados independentes. Em conformidade com Saraiva (2007) a descolonização envolve muitas teorias, dentre elas o declínio das metrôpoles, a influência da guerra-Fria ou a força dos nacionalismos afro-asiáticos. Contudo, o mesmo autor citado anteriormente, acredita que o fato concreto, responsável pela história da descolonização afro-asiática resulta da Conferência de Bandung, na Indonésia. Nesse evento compareceram vinte e nove países afro-asiáticos, com o intuito de estabelecer diretrizes para um terceiro grupo de Estados nas relações internacionais, buscando diferente alternativa de inserção internacional, mais independente e autônomo, menos alinhada e dependente.

Hobsbawn (1995) menciona a industrialização como fator eminente do imperialismo colonial, sustentado pela economia capitalista, reforçava o monopólio industrial dos países-núcleo. O mesmo autor afirma que os movimentos anti-imperialistas e anticoloniais legitimavam a independência dos Estados do Terceiro Mundo, contudo os mesmos mantinham-se dependentes economicamente, pois necessitavam do investimento de capital externo para desenvolverem suas economias. Essa relação de dependência constata-se nos dias atuais e seus reflexos são visíveis se comparando o grau de riqueza e prosperidade dos países

europeus em relação aos africanos. Com isso, durante a Era dos Impérios, as economias europeias prosperaram em detrimento e exploração do continente africano, essa região historicamente marginalizada e submetida aos interesses de terceiros.

4.3.1 Processo de descolonização da África Francesa

Com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, a França não tomou parte nas decisões da Conferência de Ialta, também chamada de Conferência da Crimeia, que dividiu a Europa em zonas de influência, entretanto participou da ocupação de uma parcela da Alemanha e de Berlim vencida. Ademais, a França adere à OTAN e ao Plano Marshall, para a recuperação econômica da Europa ocidental. As relações intra europeias encontravam-se tensas, assim como no interior da França, onde os partidos continuavam a lutar uns contra os outros. Neste cenário conturbado, os territórios colonizados estavam sobre ameaça de independência. Em 1954, diante da derrota do general de Lattre, a França é forçada a abandonar e evacuar a Indochina. Além deste acontecimento, concede a independência à Síria, posteriormente à Tunísia e ao Marrocos. Assim, sucessivamente, da ocupação a libertação, as colônias francesas constroem as suas histórias, muitas manchadas de incidentes sangrentos e de numerosas dificuldades (ZIERER, 1976).

Contestando a trajetória de independência da maioria das colônias, a independência da África negra, expressão francesa, ocorreu sob a IV República (1946-1958) e de forma pacífica. Primeiramente, deu-se o desaparecimento das antigas Federações (África Ocidental Francesa e África Equatorial Francesa), permitindo maior autonomia dos governantes africanos. Em 1958, todos os territórios da África negra, com a exceção da Guiné e Madagascar, optaram pela entrada na Comunidade Francesa. Subsequentemente, em 1960, com base no princípio de Cooperação, foi proclamada a independência das antigas colônias francesas da África: Camarões, Tongo, Senegal, Mali, Costa do Marfim, Daomé, Alto Volta, Níger, República Central Africana, Congo-Brazzaville, Gabão, Chade, Madagascar e Mauritània. Todos esses países foram admitidos na ONU, relata Linhares (1983).

Contrariamente, a libertação da Argélia se fez através de uma longa guerra que terminou com os acordos de Evian, em março de 1962 e com a partida

da população francesa que ali residia. O fim da Segunda Guerra Mundial provocou uma grave crise econômica, que repercutiu drasticamente nas colônias através de uma revolta popular iniciada na cidade de Setif. Ademais, o despertar árabe e a ascendência do nacionalismo egípcio estimularam os argelinos (árabes e berberes), dando início em 1954 a guerra de libertação. Apesar de a França reconhecer a Argélia como um grupo de departamentos dotado de personalidade civil e de autonomia financeira, recusava-se a reconhecer-lhe o direito a autonomia política. Assim, a insurreição de 1954 e a criação da Frente da Libertação Nacional (FLN) foram a resposta aos 120 anos de ocupação francesa. (LINHARES, 1983).

A independência, uma vez reconhecida, não rompeu, entretanto, os laços entre a França e a Argélia. A saída dos franceses correspondeu a uma nova fase das relações franco-argelinas comandadas pela cooperação técnica, por acordos comerciais e uma esperança, por parte da França, de preservar investimentos na Argélia e no Saara (LINHARES, 1983, p. 87).

O continente africano protagonizou um dos mais importantes processos políticos do século XX, o da descolonização, assim a importância intrínseca do continente para a História Mundial, destaca Pereira (2006). O mesmo autor afirma que um dos principais desafios pós-coloniais, portanto, era a busca de uma arte legitimamente africana, uma forma de expressão dos sentimentos por tanto tempo reprimidos, a busca pela identidade interrompida com a chegada do invasor, enfim, uma busca pela descolonização da mente. Assim, o processo de descolonização consolidou a configuração atual da África, interferiu na política e na economia daquele continente, deixando espaços para governos ditatoriais e sucessivas guerras civis.

5 O CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES COMO TEORIA PARA ENTENDIMENTO DA RELAÇÃO ENTRE FRANCESES E POVOS ISLÂMICOS

É importante a compreensão das relações históricas entre franceses e islâmicos para esclarecer os acontecimentos recentes. Nota-se no século XIX, a presença de franceses em territórios muçulmanos, resultado da corrida imperialista, acentuando-se com o fim da Segunda Guerra Mundial.

5.1 INTRODUÇÃO DA PRESENÇA MUÇULMANA NA FRANÇA

“A França é provavelmente o país europeu ocidental com maior e mais perene contato histórico com os povos muçulmanos”, relata (HOURANI, 1991). O autor revela que a história da relação entre a França e o Islã possui cerca de treze séculos e que esse relacionamento teve características diversas, marcada pela interação e por conflitos. Nesse sentido, a questão do Islã remonta antes que a França seja reconhecida como tal, com a Batalha de Poitiers e depois com as Cruzadas. Entretanto, essa primeira fase de contatos ao longo das Idades Médias e Moderna, não culminou populações muçulmanas na França.

Assim, para Boyer (1998) é impossível negligenciar o papel das relações coloniais para a constituição das minorias muçulmanas na França. O mesmo autor enfatiza que com o fim da Segunda Guerra Mundial, consolidou-se a implantação da minoria muçulmana no país, com o intuito de reconstruírem a França e ocupar os postos de trabalhos que os franceses repudiavam. Assim, durante os anos de 1940 e 1950, a França recebeu trabalhadores de suas ex-colônias, principalmente da África (Magreb⁵), através de contratos de trabalho. O objetivo era mão-de-obra masculina, jovem e que pretendesse voltar para o seu país de origem, exonerando o governo francês de qualquer medida para melhor acomodação desses trabalhadores.

Dessa maneira, o primeiro momento da etapa contemporânea da presença muçulmana na França se inicia no século XIX, com a imigração, principalmente de trabalhadores rurais e mineiros de origem argelina para a

⁵ O Magrebe ou Magreb é a região noroeste da África. Em sentido estrito, inclui Marrocos, Sahara Ocidental, Argélia e Tunísia (BOYER,1998).

metrópole francesa. Posteriormente, na Primeira Guerra Mundial, há a imigração de um expressivo contingente muçulmano, milhares de magrebinos foram recrutados para integrar o Exército francês ou para trabalhar em fábricas de armamentos. (HOURANI, 1991).

Segundo Venel (2009), os primeiros muçulmanos na França chegaram antes da Primeira Guerra Mundial, contudo somente com a imigração magrebina durante os anos gloriosos, entre 1945 e 1975, constituiu uma população considerável. Salienta, que essa imigração era essencialmente masculina, jovem e pouco instruída, filiados aos sindicatos e associações magrebins. Muitos desses trabalhadores não pretendiam permanecer na França, consideravam estar nela de passagem, buscavam juntar dinheiro para voltar aos seus respectivos países. Dessa maneira, havia uma tendência dessa população reprimir sua identidade islâmica na esfera pública na França. Até 1970, poucos sinais do culto muçulmano eram visíveis na França, o islamismo foi durante muito tempo uma religião contida. Atualmente, a população muçulmana na França é a maior da Europa, dessa maneira não veem mais a França como um lugar de passagem, e sim como um espaço para exercerem sua cidadania e para as gerações futuras como a terra natal.

5.2 “L’AFFAIRE DU FOULARD”⁶

“França, outono de 1989. Três meninas na cidade de Creil são proibidas por seus professores de ir à escola portando os véus que as identificam como muçulmanas” (REIS, 199, p. 1). Desperta assim, a discussão a propósito da permanência ou proibição do véu, provocando manifestações em todos os setores da vida política e cultural francesa. Esse acontecimento suscitou então, a confrontação entre a identidade nacional francesa e o “outro”. Atualmente, a relação nacional estrangeiro adquiriu imensa relevância e repercussão nos meios de comunicação, eclodindo a questão: o problema da imigração, através de discursos

⁶ A expressão “*l’affaire du foulard*” (REIS, 2014, tradução nossa), o caso do véu, ficou conhecida, à medida que se foi desenvolvendo e envolvendo cada vez mais as altas esferas da política nacional, além de repercutir nas relações entre a França e os países islâmicos, revelou muito sobre a natureza da identidade nacional francesa, e como ela se constrói em relação ao outro, representado pelo estrangeiro.

islamofóbicos⁷. Para o mesmo autor, há uma necessidade de reformulação da política de imigração desenvolvida no pós-guerra, em 1945, originalmente com o intuito de receber os imigrantes provisoriamente.

A hipótese de que os conflitos de identidade fossem uma manifestação residual, que tenderia a desaparecer com o avanço do processo de globalização, parece desde já totalmente descartada, se pensarmos que: primeiro, à medida que o processo avança, os conflitos se intensificam; segundo, longe de ser uma tendência que se encontra somente na periferia do sistema, os conflitos de identidade desenvolvem-se também no centro do sistema mundial, como mostra o *affaire du foulard* na França” (REIS, 1999, p.2).

Há uma fixação ocidental em relação às mulheres muçulmanas e ao seu véu, inicialmente no século XIX, devido aos relatos de mulheres ocidentais que visitavam o Oriente e relatavam que eram obrigadas pelos muçulmanos a usar o véu. O mesmo autor compactua da ótica de Edward Said, de um Oriente criado para o Ocidente, dessa maneira é o orientalismo do século XIX, que vai se interessar pelas mulheres escondidas, caracterizando elas como o símbolo da opressão. Durante o século XIX foi o período das conquistas coloniais, e que as mulheres serviam para humilhar os adversários sendo atacadas brutalmente, os muçulmanos recusavam-se de dar suas mulheres, assim o véu era considerado um ato de resistência, diminuindo o poder de dominação dos ocidentais sob os muçulmanos (POURQUOI...,2011).

Amiriaux (2009) acrescenta que esse conflito perdura cerca de 20 anos, e que as discussões sobre o uso do véu, originam-se da ordem de disputas de restituição, litígios a respeito da interpretação de gestos e as interações que falham desacordos profundos que irão apresentar diferentes narrativas para interpretar os conceitos de cidadania, identidade, igualdade, inclusão e secularismo. Segundo o mesmo autor, desde 1989 na França, o véu é considerado um objeto social inadequado, uma fonte de riscos e do mal, simultaneamente visto como um obstáculo à integração, à emancipação da mulher, ao diálogo entre muçulmanos e não muçulmanos e a autoridade pública. Enfim, o véu islâmico é encarado simbolicamente como o problema de integração do Islã na França, pois fere os projetos republicanos baseados na tradição política, filosófica e social. Dentro desse

⁷ Para a socióloga Delcroix (2013), a islamofobia remonta a época da colonização, caracterizando pela imagem pré-concebida negativamente da fé islâmica.

contexto político, em 2004 é aprovada a lei que proíbe o uso de sinais religiosos em escolas públicas, entre eles o véu islâmico. Mais recentemente, em 2011 o Parlamento Francês, adotou a lei que proíbe a dissimulação do rosto em lugares públicos, assim interdita o uso dos véus islâmicos integrais – burca e nigab. Para Amiraux (2009), essa proibição estigmatiza uma importante comunidade muçulmana instalada na França, a maior da Europa com em torno de 6 milhões de pessoas.

A intensidade conflituosa dos debates em relação ao uso do véu é relacionada a visibilidade desse símbolo de alteridade religiosa, acerca da imagem da mulher, da identidade nacional e do Islã, este último visto negativamente pelo imaginário da coletividade, pelo fato do passado colonial mal digerido. O véu é muitas vezes caracterizado como uma violação da neutralidade em espaços públicos, um sinal prosélito, símbolo de opressão das mulheres e um sinal de protesto político (LAMINE, 2006, p. 154, tradução nossa).⁸

Lamine (2006), relata que por ironia da história, é durante o primeiro caso do véu que acontecerá a queda do muro de Berlim, simbolizando o fim do comunismo em 1989. Afirma ainda, que na Europa e particularmente na França, os discursos dominantes sobre o Islã questionam a compatibilidade entre o islamismo e os valores democráticos, assim, assimilam as mulheres que usam o véu como vítimas do sistema autoritário e opressivo dos regimes ditatoriais. Entretanto, para o mesmo autor, tal percepção negligencia os aspectos gerais de identificação religiosa, o processo de individualização do sentimento religioso, a dinâmica de reinterpretação das tradições e as novas formas de integração religiosa dos jovens muçulmanos nascidos ou socializados na Europa. Ademais, esse tipo de articulação entre a identidade religiosa e a identidade cívica, contradiz num sistema multicultural. Lamine (2006) constata que o princípio da laicidade pauta sobre a separação da religião e da política, contudo questiona as tensões existentes entre a liberdade religiosa, unidade nacional e neutralidade do Estado. O mesmo autor identifica a dificuldade da França de pensar na pluralidade cultural, evidenciando a linha tênue entre a laicidade como um disposto jurídico, de neutralidade e igualdade

⁸ “L’intensité conflictuelle des débats autour du voile est liée à la visibilité de ce signe d’alterité religieuse, touchant à la fois l’image de la femme, à l’identité nationale, et à celle de l’islam, perçue très négativement dans l’imaginaire collectif, du fait du passé colonial mal digéré. Le foulard est souvent figure à la fois comme un atteinte à la neutralité de l’espace publique, un signe prosélyte, un symbole d’oppression de la femme et un signe de contestation politique (LAMINE, 2006, p. 154).

de cultos, com um valor republicano utilizado para centralizar e uniformizar a identidade francesa na França.

Brau (2005) ressalta que o conceito de laicidade pode ter uma multiplicidade de interpretações, o mesmo é intrínseco a evolução da sociedade e por consequência em constante transformação. Tal conceito, responde as exigências do Estado de Direito, precisamente, nesses últimos anos a França depara com o aumento da religião islâmica. Dessa maneira, houve a necessidade de revisar o conceito de laicidade, a fim de impedir a emancipação do fundamentalismo islâmico, que começa a se manifestar na população, a qual assimila de forma errônea o Islã e o islamismo. Para o mesmo autor, há uma incompatibilidade entre as leis de 2004 e 2011, com a Constituição Francesa e com a Convenção Europeia de direitos humanos, devido à dificuldade da tradução jurídica do princípio laico, que se explica pela tensão entre esses polos incompatíveis, mas potencialmente contraditórios, a neutralidade do Estado laico e da liberdade religiosa.

Garay (2005) nota a discrepância dos atos governamentais, referindo-se a interdição do uso de véu, afirmando que com tal resolução do Estado francês colide com as normas internacionais em matéria dos direitos humanos, no âmbito da liberdade religiosa e de crença, pois o uso de vestimentas de caráter religioso faz integralmente parte da liberdade de manifestar a religião. O mesmo autor acredita que essa resolução, não será uma medida adequada para promover a integração e combater a atividade muçulmana, mas sim, provocará efeitos nocivos, acentuando a alienação e marginalização dos muçulmanos que vivem na França. Garay (2005) discorda na forma de entendimento da laicidade por parte do governo francês, pois se fundamenta numa filosofia específica e contradiz o princípio da neutralidade de um Estado laico.

5.3 “JE SUIS CHARLIE”⁹

Em janeiro de 2015, acontece o mais violento, entretanto não o primeiro ataque a sede da revista satírica francesa Charlie Hebdo, em Paris. Esse jornal, com cerca de três décadas de existência, é conhecido por desafiar tabus e usar a sátira

⁹ A expressão “*Je suis Charlie*” - Eu sou Charlie, foi criada para apoiar os jornalistas e cartoonistas do jornal Charlie Hebdo, após o atentado sofrido na sede da revista, na França em janeiro de 2015 (SANTOS,2015).

escrachada para expressar seu ponto de vista. Com isso, sempre incomodou alguns grupos, sendo que em 2011 a sede da revista foi atacada com uma bomba incendiária, depois de ter publicado na capa a charge de Maomé com a manchete “Charia Hebdo” - referindo-se à lei islâmica. O atentado de 2015 não é um fato isolado, desde 2006, muitos muçulmanos se irritaram com o jornal por ter reimpresso as charges do profeta originalmente publicadas no jornal dinamarquês. Ademais, a Charlie Hebdo faz parte de longa tradição do jornalismo francês que remontam às publicações que satirizavam Maria Antonieta no período que precedeu a Revolução Francesa, algumas publicações da época traziam relatos das supostas extravagâncias sexuais e atos de corrupção dos integrantes da corte de Versalhes. Essa tradição combina o radicalismo de esquerda com um tom provocativo, hoje os alvos são políticos, a polícia, os banqueiros e a religião. A revista Charlie Hebdo nunca teve uma grande tiragem, utiliza-se de grandes charges provocativas e manchetes incendiárias, para conquistar leitores (CHARLIE..., 2015).

Para Santos (2015), o atentado ao jornal francês Charlie Hebdo questiona o limite da liberdade de expressão, afirmando que existe, contudo difere entre os diferentes grupos de interesse. Na Europa, são crescentes as reações islâmofóbicas e anti-imigrantistas, impossibilitando o desenvolvimento de um sistema inclusivo e multicultural. O mesmo autor evidencia a intolerância do ocidente aos valores orientais e afirma que há um choque de fanatismo e não civilizacional.

Segundo Alves (2015) apesar da crença religiosa ser um direito constitucional garantido na maioria das nações, ao colidir com a liberdade de expressão, não deve ultrapassar os limites do direito à vida, que é inerente a todos os seres humanos. O discurso do ódio deve ser repudiado por todos os seres humanos, independentemente de sua religião. O que dificulta compreender os contornos é a laicidade ou confessionalismo de cada nação. A França, por exemplo, é uma nação soberana e democrática que rejeita a influência da Igreja na esfera pública do Estado, pois considera que os assuntos religiosos só devem pertencer à esfera privada de cada indivíduo, denominando-se um país laico, diferente da grande maioria dos países árabes, que são confessionais, o que determina um protecionismo maior ao sentimento religioso.

Do convívio ao conflito, para Valls (2015, p.1, tradução nossa) “Esta não é uma guerra entre o Ocidente e o Islã”, contudo o primeiro ministro francês afirma que há um choque de civilizações e que o mesmo deve ser combatido, pois a

França defende seus valores, sua civilização. Valls (2015) salienta que a ameaça do terrorismo é real, dentro e fora do islamismo, de um lado um Islã que prega os valores humanistas e universais e do outro lado, um Islã obscuro e totalitário, que pretende impor através da violência sua visão à sociedade. O político francês citado acima reforça sua inquietude face ao terrorismo, descrevendo ser uma ameaça imediata e que precisa ser neutralizada.

5.4 ESTUDO DOS CASOS “L’AFFAIRE DU FOULARD” e “JE SUIS CHARLIE” A PARTIR DA TEORIA DO CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES

Segundo Huntington (1997), historicamente o Ocidente visa manter sua posição vantajosa, difundindo seus valores como sendo universais e pressupondo serem de interesse da comunidade mundial. Através da imposição, muitas vezes, a civilização ocidental impactou efetivamente e profundamente cada uma das demais civilizações, ademais essas relações de desigualdade fomentam a dificuldade de inserção das culturas não ocidentais no Ocidente e vice-versa. Mais recentemente, com o advento da descolonização, muitas civilizações antes excluídas do sistema internacional reivindicam exercer o seu direito a liberdade política, formalmente adquirida, para isso anseiam autonomia econômica, militar e cultural.

Huntington afirma na sua teoria que os conflitos entre as civilizações dominarão as relações internacionais, se tornando cada vez mais frequentes. Particularmente, entre o Islã e o Ocidente, devido às tradições culturais distintas dessas civilizações, além das divergências de questões tangentes a armamentos, direitos humanos, terrorismo e petróleo. Além disso, as relações entre o islamismo e o cristianismo (religião dominante no ocidente), se chocam ao longo da história decorrente da essência destas duas religiões e das civilizações em que elas se baseiam. O conflito é pontual, e deve-se a concepção islâmica de onipresença da religião em todas as esferas, pública e privada, contrariando a concepção cristã ocidental, na qual há separação do Estado e da igreja,

O autor citado anteriormente destaca questões de poder e aspectos culturais como propulsores do conflito entre o Ocidente o Islã, e que estes continuarão a acontecer enquanto hábitos e crenças de cada civilização se mantiverem e interagirem entre diferentes sociedades. Além disso, os muçulmanos

consideram a cultura ocidental uma ameaça a sua, encaram as crenças ocidentais como materialistas, corruptas, decadentes e imorais. Em contrapartida, no Ocidente há o crescimento das ações antiocidentais, juntamente com uma crescente preocupação em relação a ameaça islâmica, representada pelos muçulmanos extremistas. Dessa maneira, o Islã suscita no ponto de vista ocidental, fonte de proliferação nuclear, terrorismo e imigrações indesejadas, principalmente na Europa.

Considerando os recentes acontecimentos na França, revela-se a hipótese destacada por Huntington (1997), de que a fonte fundamental de conflito no mundo pós-guerra-fria seria cultural. O mesmo autor alega que os conflitos entre príncipes, Estados-nação e ideologias, ocorreram principalmente dentro da civilização ocidental, e classifica como guerras civis ocidentais. Não obstante, justifica o fim da guerra-fria, para a mudança do eixo da política internacional, redirecionando para a interação entre o Ocidente e as civilizações não ocidentais e entre elas.

O mesmo autor destaca que as pessoas possuem diferentes níveis de identidade, por exemplo, um francês residente na França, pode definir-se como europeu, cristã, católico, ocidental, assim a civilização a que pertence é o nível mais amplo de identificação a ele ligado. Tanto as civilizações ocidentais, quanto as islâmicas englobam vários Estados-nações, e hoje devido a globalização as pessoas, redefinem as suas identidades, e por consequência, mudam a composição e as fronteiras da civilização. Huntington considera que as civilizações se distinguem uma das outras pela história, língua, cultura, tradição e principalmente, pela religião. Ponto culminante de discórdia entre as relações ocidente e oriente, pois são sustentados por valores políticos e religiosos, e complexas definições em defesa da liberdade religiosa e liberdade de religião.

As diferenças entre civilizações são reais e importantes; a consciência civilizacional está a aumentar; o conflito entre civilizações suplantará o ideológico e outros tipos de conflito e será a sua forma global dominante; as relações internacionais, historicamente um jogo do campo da civilização ocidental, desocidentalizar-se-ão cada vez mais e tornar-se-ão um jogo em que as civilizações não ocidentais serão atores e não simplesmente objetos (HUNTINGTON, 1997, p,20).

De fato, a base da religião muçulmana não determina qualquer tipo de discriminação grave contra a mulher. No entanto, as interpretações radicais das escrituras deram origem a casos brutais. A opressão contra a mulher é comum nos

países que seguem com rigor a Sharia, a lei islâmica, e têm tradições contrárias à libertação da mulher. Assim, o problema da opressão à mulher muçulmana não é causado pela crença islâmica em si - ele surgiu em culturas que incorporaram tradições prejudiciais às mulheres. Um ótimo exemplo disso é o fato de que o uso de véus e a adoção de outros costumes que causam estranheza no Ocidente muitas vezes são mantidos por mulheres mesmo quando não há nenhuma obrigação. Ou seja: os hábitos estão integrados às culturas, não necessariamente à religião. (LAMINE, 2006).

Nesse contexto, nota-se a dificuldade das políticas públicas francesas de promoverem a integração pelo reconhecimento da diferença das minorias, depara-se com certo desconforto dos franceses face aos valores orientais. Ademais, a complexa relação entre política e religião na França é certamente sua maior especificidade no ambiente europeu e o principal vetor de debates sobre a presença e a integração de muçulmanos na sociedade. Essa relação é orientada sobre o princípio da laicidade. Assim, a relação de laicidade, liberdade religiosa e os valores republicanos exaltam a islamofobia, fenômeno em expansão na França e nos países europeus (AMIRAUX, 2009).

Para Ferguson (2012), os atentados terroristas confirmam o que muitos há muito tempo temiam: que, na França, assim como no resto da Europa, os grupos extremistas estão penetrando com sucesso nas comunidades de imigrantes muçulmanas. Dessa maneira, demonstra a vulnerabilidade do Ocidente face à ameaça jihadista. O mesmo autor acredita que esses acontecimentos refletem a degeneração dos valores ocidentais, e ascensão do nacionalismo islâmico. Assim, o atentado ao jornal Charlie Hebdo, demonstra a ineficiência do Estado francês em promover uma melhor interação entre as culturas e gerando uma constante insegurança nacional.

Segundo Mahbubani (1993) não há efetivamente um substituto para a liderança do Ocidente, contudo, a inserção de novas potências no sistema internacional remodelou as relações e configurações dos Estados. Por consequência, o poder está mudando entre as civilizações, e em resposta ao histórico domínio ocidental eclodem grupos terroristas, ademais a desocidentalização, reforça a necessidade de efetivação da identidade das minorias.

Quadro 3 – Visualização da teoria de Huntington *versus* os acontecimentos na França

Elementos do “Choque de Civilizações”	Interpretação dos fatos na França
Cultura como fonte dos conflitos	Casos: “L’affaire du foulard” e “Je suis Charlie”
Dominação do Ocidente sobre demais culturas	Proibição do uso do véu
Declínio do Ocidente	Ascensão de culturas não ocidentais, como a islâmica na França
Proliferação do terrorismo	Surgimento do Estado Islâmico
Crescimento dos fluxos migratórios	A França abriga a maior população muçulmana da Europa
Acentuação de crises humanitárias	A França receberá cerca de 6.700 refugiados até o fim de 2015
Desocidentalização	Rejeição da ideia de modernização como pressuposto de ocidentalização, por meio da efetivação da identidade cultural das minorias
“La revanche de Dieu” ¹⁰ por meio da acentuação da consciência civilizacional	Crescimento dos movimentos fundamentalistas
Maior interação entre as civilizações ocidentais e não ocidentais	Reações islamofóbicas por parte da população francesa

Fonte: HUNTINGTON, Samuel. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

Huntington (1997) observa a ascensão de civilizações não ocidentais, que passaram a reivindicar seus direitos de adquirir riqueza, tecnologia, proficiência, maquinaria e armamento, dessa maneira as mesmas pretendem conciliar modernidade com a preservação de sua cultura e de seus valores tradicionais. Assim, há a necessidade de adaptação do Ocidente em face às civilizações modernas não ocidentais cujo poder pode se aproximar do ocidental, contudo, com valores e interesses distintos. Ademais, necessita-se que o Ocidente desenvolva uma compreensão mais profunda dos pressupostos religiosos e filosóficos básicos subjacentes às outras civilizações. Identifica-se por fim, o “Choque de Civilizações” na França com a civilização islâmica, oriundo dos conflitos de identidade cultural e religiosa entre esses dois povos.

¹⁰ “A “desseccularização do mundo”, é um dos fatos sociais dominantes no fim do XX século. O renascimento da religião, “La revanche de Dieu”, fornece uma base para a identidade e para o empenhamento que transcende as fronteiras nacionais e une as civilizações” (HUNTINGTON, 1997, p.20).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso teve por objetivo apresentar as relações religiosas e culturais existentes entre a comunidade islâmica e a República Francesa, na perspectiva do “Choque de Civilizações”, de Samuel Huntington. Por conseguinte, delimitou-se a pergunta de pesquisa: como as relações culturais e religiosas entre a comunidade islâmica e a República Francesa podem ser analisadas na perspectiva do “Choque de Civilizações”, de Samuel Huntington? Sendo assim, foram traçados os objetivos gerais e três objetivos específicos a fim de serem devidamente cumpridos no decorrer deste estudo. Tal estudo faz-se importante para melhor compreensão dos fatos, a fim de evitar julgamentos superficiais e preconceitos.

Com o intuito de responder o primeiro objetivo específico foi realizada a caracterização do “Choque de Civilizações”, de Samuel Huntington, enfatizando as civilizações ocidental e islâmica. Este objetivo foi cumprido no terceiro capítulo deste trabalho, em que através da evolução e percepção de religião e cultura nas civilizações ocidental e islâmica, identificou-se a dificuldade de entendimento entre o Ocidente e o Oriente, e em decorrência disso, o surgimento do Estado Islâmico.

O segundo objetivo proposto foi a identificação dos contatos entre as civilizações ocidental e islâmica, através da análise dos acontecimentos históricos envolvendo ambos. Visto a necessidade de contextualizar os fatores que levaram a consolidação de uma comunidade muçulmana na França. Para suprir este objetivo a autora destacou o processo de descolonização como acontecimento histórico e determinante, para o entendimento e compreensão dos imigrantes muçulmanos na França. Tal estudo reforça o papel da descolonização como base para elucidar os atuais processos migratórios e proporcionar melhor entendimento do papel do imigrante na sociedade francesa.

Por fim, o terceiro e último objetivo deste trabalho foi tratado no quinto capítulo e fez referência os casos “Je suis Charlie” e “L’affaire du foulard” como evidências dos conflitos entre civilizações na República Francesa, a partir da teoria do Choque de Civilizações de Samuel Huntington. O estudo desses de casos a partir do Choque de Civilizações, contextualiza os desdobramentos dos acontecimentos

na França atual, evidenciando as origens culturais e religiosas, já apontadas por Samuel Huntington como fontes de conflitos.

A abordagem dessa temática se aplica as relações atuais entre a França e as tradições islâmicas. A autora destaca a importância desse estudo, pois aborda um tema atual e de relevância para a manutenção da paz internacional. Ademais, a proliferação do terrorismo, acentuou-se na França nos últimos anos, afetando a vida de milhares de pessoas. O estudo em questão revela a crescente necessidade de pesquisa e análise sobre a origem dos conflitos para que então, seja possível compreender as motivações das ações de todas as partes. Diante da expansão islâmica na Europa e da visão ocidental perante os estudos, seria significativo uma futura pesquisa com abordagem oriental, para análise que certamente difere da visão deste estudo.

REFERÊNCIAS

- ALI, Tariq. Au nom du “choc des civilisations”. **Le monde diplomatique**, out. 2001. Disponível em: <<https://www.monde-diplomatique.fr/2001/10/ALI/7892>>. Acesso em: 20 set. 2015.
- ALVES, José Cláudio Rodrigues. Liberdade de expressão e programas humorísticos. **Revista Direito e Liberdade**, n. 1, p. 131 – 171. Disponível em: <http://www.esmarn.tjrj.jus.br/revistas/index.php/revista_direito_e_liberdade/article/viewFile/809/644>. Acesso em: 14 out. 2015.
- AMIRAUX, Valérie. L’affaire du fouladr” em France, Sociologie et Societés. **Centre d’etudes recherches Internationales Université Montreal**, n.2, p. 237-298, 2009. Disponível em: <<http://archives.cerium.ca/IMG/pdf/Amirauxfoulard.pdf>>. Acesso em: 12 sep. 2015.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo: Atlas, 1998.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A revolução Industrial**. São Paulo: Ática, 1994.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamento da Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.
- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2004.
- BHUTTO, Benazir. **Reconciliação: Islamismo, democracia e o Ocidente**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- BOUSSOF, Abdellah. La mosquée dans la cite: **La Médina**, 2001. Disponível em: <<http://mosquee.free.fr/Articles.html>>. Acesso em: 10 sep. 2015.
- BOYER, Alain. **L’Islam en France. Politique d’aujourd’hui**. Paris: Presse Universitaire de France, 1998.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Inteligência Comercial. **Como exportar: França** / Ministério das Relações Exteriores. _ Brasília: MRE, 2014. Disponível em: <<http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/comoExportar/CEXFranca.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2015.
- BRAU, Julie. Controverses autor de la loi du 15 mars 2004: laïcité, constitutionnalité et conventionnalité. In: CONGRÈS FRANÇAIS DE DROIT CONSTITUTIONNEL, 6, 2005, Montpellier: **Actes....** Disponível em: <<http://www.droitconstitutionnel.org/congresmtp/textes1/BRAU.pdf>>. Acesso em: 14 sep. 2015.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Europe: França**. 2015. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/fr.html>>. Acesso em: 10 mai 2015.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

CHARLIE Hebdo: sátiras escrachadas são marca da revista atacada. **BBC Brasil**, 07 jan. 2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/01/150106_perfil_revista_ru>. Acesso em: 12 out. 2015.

DELCROIX, Catherine. Negociando a Islamofobia: saída, voz e lealdade. **Diálogo global**, n. 2, p. 3-6. Disponível em: <http://isa-global-dialogue.net/wp-content/uploads/2013/07/v2i2-portuguese.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

DEMOCRACY index 2014. Local: Estados Unidos, **The economist Intelligent Unit**, 2015. Disponível em: < <http://www.sudestada.com.uy/Content/Articles/421a313a-d58f-462e-9b24-2504a37f6b56/Democracy-index-2014.pdf> > Acesso em: 02 sets 2015.

DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar A. **Desafios da globalização**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

ELÍBIO, Antônio Manoel. **Antropologia cultural: Livro didático**. Palhoça: UnisulVirtual, 2008.

ÉLYSÉE FRANCE. **Inauguration du Musée de l'histoire de l'immigration**. 2014. Disponível em: <<http://www.elysee.fr/chronologie/#e8099,2014-12-15,inauguration-du-musee-national-de-l-histoire-de-l-immigration-2>>. Acesso em: 01 maio 2015.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERGUSON, Niall. **How a terror attack saved French president Nicolas Sarkozy**. 04 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.niallferguson.com/journalism/politics/how-a-terror-attack-saved-french-president-nicolas-sarkozy>>. Acesso em: 27 out. 2015.

FERREIRA, Fernanda Machado et al. África de ontem, África de hoje, resquícios da permanência? **Revista de História Contemporânea**, n 2, maio/out, 2008. Disponível em: <<http://www.revistacontemporaneos.com.br/n2/pdf/africa3.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2015.

FERREIRA, Pedro Magalhães Guimarães. **A fé em Deus de grandes cientistas**. São Paulo: Ed. Loyola, 2009.

FRIEDMAN, Thomas. **O mundo é plano: Uma breve história do século XXI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 199.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e terra, 1998.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. **O livro das religiões**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

GALDINO, Elza. Estado sem Deus: a obrigação da laicidade na Constituição. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

GARAY, Alain. Laïcité, école et appartenance religieuse: pour un bilan exigeant de la loi n 2004-228 du 15 mars 2004. **Faculté de droit et de Science politique, Université de droit, d'économie et des sciences d'Aix Marseille III**, n. 4, p. 33-48, 2005. Disponível em: < <https://www.unicaen.fr/puc/images/crdf0403garay.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GREENSPAN, Alan. **A era da turbulência: aventuras de um novo mundo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOURANI, Albert. **Islam in European thought**. New York: Cambridge University Press, 1991. Disponível em: < http://tannerlectures.utah.edu/_documents/a-to-z/h/hourani90.pdf>. Acesso em: 11 out. 2015.

HUNTINGTON (apud MENDES, Raquel. **Mapa do "choque de civilizações"**. abr. 2011. Disponível em: <<https://fichasmarra.wordpress.com/2011/04/02/mapa-do-choque-de-civilizacoes-de-samuel-huntington/>>. Acesso em: 05 out. 2015.

HUNTINGTON, Samuel. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

ISLAM, in France. **Euro-islam.info**, 2015. Disponível em: <http://www.euro-islam.info/country-profiles/france/>. Acesso em: 14 sep. 2015.

KERN, Soeren. **A Islamização da França**. 2014. Disponível em: <<http://pt.gatestoneinstitute.org/5006/islamizacao-franca>>. Acesso em: 01 maio 2015.

LAMINE, Anne-Sophie. Les foulards et la République. **Revue des Sciences Sociales**, n. 35, p. 154-165, 2006. Disponível em: < <http://www.revue-des-sciences-sociales.com/pdf/rss35-lamine.pdf>>. Acesso em: 18 out.2015.

LESSA, Antônio Carlos. **História das Relações Internacionais: a Pax Britannica e o mundo do século XIX**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

LEWIS, Bernard. **A crise do Islã: guerra santa e terror profano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

LINHARES, Maria Yedda. **A luta contra a metrópole (Ásia e África: 1945-1975)**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MACEDO, Carmen Cinira. **Religiões do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2003.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MAHADEVAN, Perm. Le néo-Califat de "l'État islamique". **Center for Security Studies**, Zurich, n.166, dec. 2014. Disponível em: <<http://www.css.ethz.ch/publications/pdfs/CSSAnalyse166-FR.pdf> > Acesso em: 01 out. 2015.

MAHBUBANI, Kishore. The dangers of decadence. **Foreign affairs**, v. 72, n. 4, p. 12 -14, sept. /oct. 1993. Disponível em: <<http://maihold.org/mediapool/113/1132142/data/Mahbubani.pdf>> Acesso em: 27 out. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização**. São Paulo: Globo, 1999.

MENDES, Raquel. **Mapa do "choque de civilizações"**. abr. 2011. Disponível em: <<https://fichasmarra.wordpress.com/2011/04/02/mapa-do-choque-de-civilizacoes-de-samuel-huntington/>>. Acesso em: 05 out. 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA FRANÇA. **França, presente**. França: Ministério das Relações Exteriores da França, 1984.

NEVES, Joana. **História Geral**. São Paulo: Saraiva, 2002.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Metodologia aplicada ao direito**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PEREIRA, José Maria Nunes. **África um novo olhar**. Rio de Janeiro: CEAP, 2006. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/08/Africa-um-novo-olhar.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2015.

Perry, Marvin. **Civilização ocidental: uma história concisa**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PIAZZA, Valdomiro Otávio. **Religiões da humanidade**. São Paulo: Loyola, 1977.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Faces do fanatismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em:

<[https://books.google.com.br/books?id=XdZnAwAAQBAJ&pg=PT2&dq=Pinsky+e+Bassanezi+\(2013\)&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CBsQ6AEwAGoVChMluaqh1YnjyAlVyxKQCh3enQY3#v=onepage&q=Pinsky%20e%20Bassanezi%20\(2013\)&f=false](https://books.google.com.br/books?id=XdZnAwAAQBAJ&pg=PT2&dq=Pinsky+e+Bassanezi+(2013)&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CBsQ6AEwAGoVChMluaqh1YnjyAlVyxKQCh3enQY3#v=onepage&q=Pinsky%20e%20Bassanezi%20(2013)&f=false)>. Acesso em: 27 out. 2015.

PIRES, Herculano. **A agonia das religiões**. São Paulo: Paidéia, 2000.

PISANI, Emmanuel. **Histoire de l'Islam et des musulmans en France du Moyen-Âge à nos jours: par Emmanuel Pisani. Les cahiers de l'Islam**. 2013. Disponível em: <http://www.lescahiersdelislam.fr/Histoire-de-l-Islam-et-des-musulmans-en-France-du-Moyen-Age-a-nos-jours_a433.html>. Acesso em: 20 abr. 2015.

POURQUOI le voile pose-t-il problème? **Le Monde des Religions. fr**, 14 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.lemondedesreligions.fr/actualite/pourquoi-le-voile-pose-t-> php> Acesso em: 27 out. 2015.

RAUEN, Fábio José. **Elementos de iniciação à pesquisa: incluem orientações para a referenciação de documentos eletrônicos**. Rio do Sul: Nova Era, 1999.

REIS, Rossana Rocha. Políticas de nacionalismo e políticas de imigração na França. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 39, p. 118-138, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n39/1725.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2015.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e política no mundo contemporâneo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SACHS, Jeffrey. LARRAIN, Felipe. **Macroeconomia**. São Paulo: Pearson do Brasil, 2000.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura Sousa. Charlei Hebdo: uma reflexão difícil. **Público**, jan. 2015. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/charlie-hebdo-uma-reflexao-dificil-1681949>. Acesso em: 22 out. 2015.

SANTOS, José Loureiro dos. Choque de civilizações – o Estado Islâmico. **Público**, ago. 2014. Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/choque-das-civilizacoes-o-estado-islamico-1667888>>. Acesso em: 01 set. 2015.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2007.

SCHÄFER, Gabriel. **O imperialismo do século XIX**. 2 mar. 2015. Disponível em: <<http://schafergabriel.blogspot.com.br/2015/03/o-imperialismo-do-seculo-xix.html>>. Acesso em: 05 out. 2015.

SCHÄFER, Gabriel. **O imperialismo do século XIX**. 2 mar. 2015. Disponível em: <<http://schafergabriel.blogspot.com.br/2015/03/o-imperialismo-do-seculo-xix.html>>. Acesso em: 05 out. 2015.

SCHILLING, Voltaire. **Ocidente x Islã**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

SOROS, George. **Globalização**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

STIGLITZ, Joseph E. **Globalização: como dar certo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT LIMITED. **Democracy Index 2014**. London: The economist Intelligent Unit Limited, 2015. Disponível em: <http://www.sudestada.com.uy/Content/Articles/421a313a-d58f-462e-9b24-2504a37f6b56/Democracy-index-2014.pdf>. Acesso em: 14 out. 2015.

TOFFLER; Alvin. **Criando uma nova geração: a política da terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

VALLS, Manuel. La <<guerre de civilisations>>. **Le monde.fr**, jun. 2015. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/politique/article/2015/06/29/la-guerre-de-civilisation-de-valls-rejouit-la-droite_4663488_823448.html>. Acesso em: 02 set. 2015.

VENEL, Nancy. L'Islam de France aujourd'hui: **Contretemps**, 2009. Disponível em: <<http://www.contretemps.eu/socio-flashes/islam-france-aujourd'hui>>. Acesso em: 11 set. 2015.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009.

WEINGARTNER, Jayme Neto. **Liberdade religiosa na Constituição: fundamentalismo, pluralismo, crenças e cultos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

WEISS, Michael; HASSAM, Hassam. **Estado Islâmico: desvendando o exército do terror**. São Paulo: Seoman, 2015.

WEYER, Robert Van de. **O Islã e o Ocidente: uma nova ordem política e religiosos pós 11 de setembro**. São Paulo: Loyola, 2003.

WILGES, Irineu. **Cultura religiosa: as religiões do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

ZAPTE, Martin. La campagne américaine contre l'état "Etat islamiques". **Center for Security Studies**, Zurich, n.165, p.1-4, dec. 2014. Disponível em: <<http://www.css.ethz.ch/publications/pdfs/CSSAnalyse165-FR.pdf>> Acesso em: 01 out 2015.

ZIERER, Otto. **França**. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.